

PREFEITURA MUNICIPAL SANTA LUZIA- MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 46/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 45/2021
1ª Via

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG, SEM PREJUÍZO, NA FORMA DO CONTRATO, DA REALIZAÇÃO DE OUTROS INVESTIMENTOS E SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS, OU DO DESEMPENHO, PELA CONCESSIONÁRIA, DE ATIVIDADES INERENTES, ACESSÓRIAS OU COMPLEMENTARES, NA FORMA DAS DIRETRIZES E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES DO CONTRATO E DOS ANEXOS.

PROPOSTA COMERCIAL

000001

PROPOSTA COMERCIAL

11	<u>Proposta Econômica</u>	003
	<u>Termo de Encerramento</u>	126



Tel:
+55 11 2631.6875

brasiluz@brasiluzempresa.com.br

NOVO ENDEREÇO
R: Coronel Guilherme Rocha, 160 - Conj. A
Jardim Andaraí - CEP: 02167-030
SÃO PAULO - SP

Rua Dr. Cesar, 530 - Conj. 1707
Santana - São Paulo - SP - 02013-002

000002

À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Município de Santa Luzia/Minas Gerais

Ref.: Edital de Concorrência n.º 46/2021 – Proposta Comercial.

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

Prezados Senhores,

1. Atendendo à convocação do PODER CONCEDENTE, apresentamos nossa PROPOSTA COMERCIAL para execução do objeto da LICITAÇÃO em referência.

2. Propomos, como valor de CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL MÁXIMA, para execução dos SERVIÇOS da CONCESSÃO objeto da presente LICITAÇÃO conforme definidos no EDITAL e minuta do CONTRATO, o valor de **R\$ 1.074.275,00 (Um Milhão, Setenta e Quatro Mil, Duzentos e Setenta e Cinco Reais)**, na data-base para recebimento dos ENVELOPES.

3. Declaramos, expressamente, que:

3.1. A presente PROPOSTA COMERCIAL é válida por 1 (um) ano, contado da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, conforme especificado no EDITAL;

3.2. Foram considerados no cálculo dos valores propostos no item 2 acima todos os encargos, tributos, custos e despesas necessários à execução da CONCESSÃO, conforme elementos do EDITAL e do CONTRATO;

3.3. Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no EDITAL em referência;

3.4. Confirmamos que temos pleno conhecimento do objeto da CONCESSÃO, bem como das condições de execução do CONTRATO;

3.5. Assumimos, desde já, a integral responsabilidade pela realização dos trabalhos em conformidade com o disposto no CONTRATO e diplomas legais e normativos aplicáveis; e

3.6. Cumprimos integralmente todas as obrigações e requisitos contidos no EDITAL em referência.

Atenciosamente,



BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA.

DANIEL FAOUR AUAD

R.G. n.º 32.909.056-2 SSP/SP

C.P.F. n.º 309.874.178-35

Sócio – Gerente

000003

DECLARAÇÃO DE ANÁLISE E VIABILIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL EMITIDA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

São Paulo, 23 de Junho de 2021.

À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Município de Santa Luzia/Minas Gerais

Ref.: Edital de Concorrência nº 46/2021 – Declaração de Análise e Viabilidade da
Proposta Comercial Emitida Pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Prezados Senhores,

1. Pela presente carta, o BANCO DAYCOVAL S.A (“Instituição financeira”), Instituição financeira que assessora a [nome da PROPONENTE] (“PROponente”), de acordo com o subitem 11.2, do Edital de Concorrência nº 46/2021 (“EDITAL”), declara, para os devidos fins, que analisou o Plano de Negócios apresentado pela PROPONENTE, o EDITAL, CONTRATO e seus ANEXOS e atesta a sua viabilidade e exequibilidade sob os aspectos da montagem financeira do empreendimento.

2. A Instituição financeira declara que analisou o Plano de Negócios elaborado pela PROPONENTE para participar da LICITAÇÃO sob todos os seus aspectos financeiros, tendo confrontado a metodologia da montagem financeira do empreendimento à luz das melhores práticas de mercado, e realizado análises de sensibilidade e os questionamentos e investigações que considerou necessários para sua análise, assumindo, para tanto, a exatidão e completude dos dados e levantamentos utilizados pela PROPONENTE como base para a elaboração do Plano de Negócios.

3. Isso posto, a Instituição financeira, atesta, em relação ao Plano de Negócios da PROPONENTE:

(i) A viabilidade e exequibilidade, desde que mantidas todas as premissas e parâmetros nele adotados, incluindo as adotadas nas análises de sensibilidade;

000004

(ii) A coerência das demonstrações e dados financeiros apresentados.

Com base em todo o exposto, e desde que mantidas as premissas e parâmetros adotados no Plano de Negócios, incluindo as adotadas nas análises de sensibilidade, a nós apresentado pela PROPONENTE, atestamos sua viabilidade e exequibilidade sob os aspectos financeiros.

INSTITUIÇÃO:
BANCO DAYCOVAL S.A.

PROponente:
BRASILUZ ELETR. ELETRONICA LTDA

Testemunhas:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

000003

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/589F-2A53-AF9C-31A7> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 589F-2A53-AF9C-31A7



Hash do Documento

363092A82B914E2EAB67C0C6AC3DD508B2AC2D9BE4EAE26E9FB585D5C28C50C4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/06/2021 é(são) :

- ☒ Rosemara Rosa Lopes (Testemunha) - 104.032.588-20 em 25/06/2021 18:54 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Cassia Scarparo (Testemunha) - 177.817.298-97 em 25/06/2021 18:38 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Morris Dayan (Signatário - Banco Daycoval) - 195.131.528-63 em 25/06/2021 18:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Salim Dayan (Signatário - Banco Daycoval) - 154.174.598-10 em 25/06/2021 18:00 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Daniel Faour Auad (Signatário - BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA.) - 309.874.178-35 em 25/06/2021 11:40 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

O(s) nome(s) indicado(s) para autorizar, bem como seu(s) status em 25/06/2021 é(são) :

- ☒ Vanessa A. dos S. Machado Temperini - 254.141.618-01 em 25/06/2021 11:55 UTC-03:00



000006

São Paulo, 23 de junho de 2021.

Ao
BANCO DAYCOVAL S.A.

Ref.: Solicitação de análise de plano de negócios para emissão de declaração de viabilidade – Comissão Especial de Licitação do Município de Santa Luzia/Minas Gerais – Edital de Concorrência Pública n.º 46/2021 (“Edital”).

Prezados Senhores,

A **BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.680.121/0001-97 (“Brasiluz”), que declara estar regularmente representada neste ato, serve-se deste instrumento para solicitar ao **BANCO DAYCOVAL S.A.**, inscrito no CNPJ sob o n.º 62.232.889/0001-90 (“Daycoval”), que realize a análise da viabilidade e exequibilidade do plano de negócios que lhe apresentamos, sob os aspectos de montagem financeira do empreendimento objeto da licitação a que se refere o Edital acima identificado (“Plano de Negócios”), e, caso conclua que o Plano de Negócios é viável e exequível, emita declaração de viabilidade conforme as páginas 10 e 11 do Anexo 2 ao Edital (“Declaração”).

Declaramos ao Daycoval que todos os dados e levantamentos utilizados como base para a elaboração do Plano de Negócios são exatos e completos, que as demonstrações e dados financeiros apresentados são coerentes, e obrigamo-nos, de modo irrevogável, a:

- (i) pagar ao Daycoval, pela análise do Plano de Negócio, remuneração no valor de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), a ser creditada, nesta data, na conta n.º 740.347-1, mantida junto à agência n.º 0001-9 do Daycoval, e declaramo-nos cientes de que essa remuneração não inclui a emissão de declaração de ratificação da análise e viabilidade do Plano de Negócios de que trata o item 15.4.1 do Edital e as páginas 18 e 19 de seu Anexo 2, e
- (ii) indenizar integralmente o Daycoval por toda e qualquer perda ou dano por ele sofrido e relacionado à análise do Plano de Negócios e/ou emissão da Declaração, exceto nas hipóteses de culpa grave ou dolo do Daycoval.

Atenciosamente,

BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA.

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

000007

Este documento foi assinado digitalmente por Aline Aparecida De Almeida, Cassia Scarparo e Daniel Faour Auad.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1E65-7DC8-B512-A0D0.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1E65-7DC8-B512-A0D0> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1E65-7DC8-B512-A0D0



Hash do Documento

FF0DCD527BF0F703D136530D0D46E7A000CF46C71F857121076A56D21FB52C0C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/06/2021 é(são) :

☒ Aline Aparecida De Almeida (Testemunha) - 344.188.078-10 em 25/06/2021 17:19 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Cassia Scarparo (Testemunha) - 177.817.298-97 em 25/06/2021 12:10 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Daniel Faour Auad (Signatário - BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA.) - 309.874.178-35 em 24/06/2021 11:46 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

O(s) nome(s) indicado(s) para autorizar, bem como seu(s) status em 25/06/2021 é(são) :

☒ Vanessa A. dos S. Machado Temperini - 254.141.618-01 em 24/06/2021 13:26 UTC-03:00



000003

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE ENTRE A PROPONENTE E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

São Paulo, 22 de Junho de 2021.

À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Município de Santa Luzia/Minas Gerais

Ref.: Edital de Concorrência nº 46/2021 - Declaração de Análise e Viabilidade da Proposta Comercial Emitida Pela Instituição Financeira

À Proponente

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1. Salvo se de forma diversa estiver definido neste ANEXO, os termos definidos terão o mesmo significado utilizado no Edital de Concorrência nº 46/2021 ("EDITAL").

1.1.1. Instituição: é o BANCO DAYCOVAL

1.1.2. Representante(s): são: (i) os administradores e funcionários da Instituição ou de suas CONTROLADAS ou COLIGADAS; e (ii) os consultores, advogados, auditores, contadores, agentes, intermediários financeiros e outras pessoas que, por meio da Instituição, que venham a ter acesso às Informações exclusivamente com objetivo de avaliar a viabilidade do Plano de Negócios da PROPONENTE.

1.1.3. Informações: são as informações disponibilizadas pela PROPONENTE à Instituição, para a emissão de carta que ateste a viabilidade do Plano de Negócios da PROPONENTE, conforme o subitem 11.2 do EDITAL.

1.1.4. O termo Informações não inclui as informações públicas, assim consideradas as que:

(i) eram de domínio público ao tempo de sua divulgação à Instituição;

(ii) tenham se tornado de domínio público após sua divulgação à Instituição, desde que tal divulgação não tenha sido feita pela Instituição, seu(s) Representante(s) ou por outro participante que tenha tido acesso às Informações;

(iii) já pertenciam aos arquivos da Instituição, em bases não confidenciais, ou que tenham sido desenvolvidas independentemente pela Instituição, conforme o caso, anteriormente à sua disponibilização pela PROPONENTE à Instituição ou ao(s) seu(s) Representante(s); ou

(iv) tornaram-se disponíveis à Instituição, em bases não confidenciais, por fontes outras que não a PROPONENTE, contanto que tais fontes não estejam proibidas a transmitir as Informações à Instituição.

000003

Este documento foi assinado digitalmente por Rosemara Rosa Lopes, Cassia Scarparo, Morris Dayan, Salim Dayan e Daniel Faour Auad. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código D21F-73A0-870E-2371.

2. OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO

2.1. Confidencialidade: a Instituição e seu(s) Representante(s) obrigam-se a manter as Informações em sigilo, não as transmitindo ou revelando a terceiros que não sejam seu(s) Representante(s).

2.1.1. A obrigação de manter sigilo, constante do parágrafo 2.1, inclui:

(i) não utilizar as Informações para nenhuma outra finalidade que não aquelas relacionadas com a participação da PROPONENTE na LICITAÇÃO;

(ii) não discutir perante ou com terceiros sobre as Informações (o(s) Representante(s) não são considerados terceiros);

(iii) não usar, divulgar, revelar ou dispor, sob qualquer forma, das Informações, que não para avaliar a participação da PROPONENTE na LICITAÇÃO, cumprindo, ainda, adotar as cautelas e precauções adequadas para impedir o uso indevido por qual(is)quer Representante(s); e

(iv) guardar e manter sob sigilo todas as cópias, reproduções, sumários, análises ou comunicados referentes às Informações ou nelas baseados, devendo devolvê-los à PROPONENTE, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da solicitação desta.

2.1.2. Quaisquer Informações que, porventura, forem retidas pela Instituição continuarão sujeitas ao disposto neste Termo de Confidencialidade. **2.1.3.** A Instituição deverá comunicar à PROPONENTE, prontamente e antes de qualquer divulgação, sobre qualquer eventual determinação administrativa ou judicial, que o obrigue a divulgar as Informações, mesmo que parcialmente, desde que tal comunicação seja permitida no âmbito da respectiva lei ou ordem administrativa ou judicial aplicável.

2.2. Outras obrigações relacionadas com as Informações: a Instituição e qualquer de seu(s) Representante(s), a partir da data de celebração deste termo, e até a data de entrega da PROPOSTA COMERCIAL, obrigam-se a:

(i) não emitir a carta que ateste a viabilidade do Plano de Negócios da PROPONENTE, conforme subitem 11.2 do EDITAL em favor de outra(s) PROPONENTE(s); e

(ii) abster-se da prática de qualquer outro ato que possa resultar, direta ou indiretamente, em uso não adequado das Informações.

2.3. Responsabilidade: a Instituição, que, por si ou por seu(s) Representante(s), tiver violado as obrigações previstas neste termo, em especial as constantes dos parágrafos 2.1 e 2.2, obriga-se a indenizar e ressarcir o PODER CONCEDENTE e a PROPONENTE pelas perdas, danos e/ou custos incorridos, que sejam diretamente decorrentes ou relacionados à referida violação, sem qualquer limitação.

2.4. A Instituição deverá atender às solicitações de diligência da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO constituída segundo o EDITAL, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis.

000016

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Instituição e/ou qualquer de seu(s) Representante(s) estão isentos de qualquer obrigação legal ou responsabilidade no que se refere à realização da LICITAÇÃO, ressalvadas as obrigações assumidas no presente Termo de Confidencialidade.

3.2. O não exercício dos direitos aqui assegurados não importará em renúncia aos mesmos, sendo considerado como mera tolerância para todos os efeitos de direito.

3.3. Esse termo será regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

3.4. Com exceção das obrigações previstas no parágrafo 2.2, as obrigações previstas neste termo vigorarão pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data de assinatura deste termo.

3.5. No caso da Instituição ser pessoa jurídica com sede no exterior, a Instituição, neste ato, nomeia e constitui como seu procurador [nome e qualificação completa], com poderes específicos para receber citações e intimações, na forma do art. 213 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro.

3.6. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro como o único competente para dirimir eventuais questões relacionadas aos termos do presente, e renunciando, desde já, a Instituição, seu(s) Representante(s) e a PROPONENTE, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

3.7. Este Termo de Confidencialidade traduz o entendimento da Instituição com relação à confidencialidade das Informações e, nenhuma modificação a este termo ou renúncia aos termos e condições aqui pactuadas obrigarão a Instituição ou a PROPONENTE, a não ser que tais modificações e/ou renúncias sejam aprovadas, por escrito, por cada uma das partes e pelo PODER CONCEDENTE.

PROponente:

BRASILUZ ELETR. ELETRONICA LTDA

Instituição:

BANCO DAYCOVAL S.A.

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

000011

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D21F-73A0-870E-2371> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D21F-73A0-870E-2371



Hash do Documento

8E741D79BD17AA9DD4F6A7367C005238779F0CE2E43353892DFBF5285F693616

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/06/2021 é(são) :

- ☒ Rosemara Rosa Lopes (Testemunha) - 104.032.588-20 em 25/06/2021 18:55 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Cassia Scarparo (Testemunha) - 177.817.298-97 em 25/06/2021 18:38 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Morris Dayan (Signatário - Banco Daycoval) - 195.131.528-63 em 25/06/2021 18:12 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Salim Dayan (Signatário - Banco Daycoval) - 154.174.598-10 em 25/06/2021 18:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Daniel Faour Auad (Signatário - BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA.) - 309.874.178-35 em 24/06/2021 11:49 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

O(s) nome(s) indicado(s) para autorizar, bem como seu(s) status em 25/06/2021 é(são) :

- ☒ Vanessa A. dos S. Machado Temperini - 254.141.618-01 em 24/06/2021 13:27 UTC-03:00



000012

BancoDaycoval

Relações com
INVESTIDORES

1T21

**Release de
Resultados**

**Great
Place
To
Work®**

Certificado
11/12/2020 - 11/12/2021
BRASIL

000015

Lucro Líquido Recorrente

R\$ 330,0 milhões no **1T21**

- 0,5% em 3 meses
+ 18,8% em 12 meses

Lucro Líquido

R\$ 436,7 milhões no **1T21**

+ 82,4% em 3 meses
+ 10,3% em 12 meses

Patrimônio Líquido

R\$ 4.855,7 milhões

+ 9,7% em 3 meses
+ 24,6% em 12 meses

Rentabilidade

ROAE Recorrente **28,3%** no **1T21**
-1,4 p.p. em 3 meses
-0,7 p.p. em 12 meses

ROAE **37,5%** no **1T21**
+16,0 p.p. em 3 meses
-3,9 p.p. em 12 meses

Patrimônio de Referência

R\$ 5.306,6 milhões

+ 8,9% em 3 meses
+ 31,3% em 12 meses

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES (R\$ milhões exceto onde indicado)

	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
RESULTADOS					
Receita de Operações de Crédito	1.229,8	1.155,4	6,4%	1.149,7	7,0%
Lucro Líquido	436,7	239,4	82,4%	395,9	10,3%
Lucro Líquido Recorrente	330,0	331,5	-0,5%	277,7	18,8%
BALANÇO PATRIMONIAL					
Total de Ativos	51.995,6	49.159,8	5,8%	38.166,6	36,2%
Carteira de Crédito Ampliada ⁽¹⁾	37.133,9	36.629,3	1,4%	26.177,7	41,9%
- Empresas	28.421,8	28.193,4	0,8%	17.778,5	59,9%
- Consignado	7.476,4	7.223,3	3,5%	7.135,8	4,8%
- Veículos	1.162,6	1.144,3	1,6%	1.206,3	-3,6%
- C.G.I.	73,1	68,3	7,0%	57,1	28,0%
Captação Total	39.002,5	37.080,8	5,2%	25.576,3	52,5%
- Depósitos Totais + LCI + LCA	17.046,4	16.217,3	5,1%	10.301,1	65,5%
- Letras Financeiras	14.223,5	13.789,4	3,1%	8.751,1	62,5%
- Empréstimos no Exterior e Repasses	5.100,0	4.668,7	9,2%	4.183,2	21,9%
- Emissões Externas	2.632,6	2.405,4	9,4%	2.340,9	12,5%
Patrimônio Líquido (PL)	4.855,7	4.425,9	9,7%	3.896,7	24,6%
Patrimônio de Referência - PR	5.306,6	4.872,4	8,9%	4.042,8	31,3%
ÍNDICES DE CRÉDITO					
Saldo de PDD	1.591,3	1.579,5	0,7%	1.413,5	12,6%
Índice de Inadimplência (acima de 90 dias)	1,6%	1,7%	-0,1 p.p	1,6%	-
Saldo de PDD/Carteira de Crédito Ampliada	4,3%	4,3%	0,0 p.p	5,4%	-1,1 p.p
Índice de Cobertura (Saldo de PDD/Operações Vencidas há mais de 90 dias)	260,4%	260,0%	0,4 p.p	335,4%	-75,0 p.p
Saldo de PDD/Carteira E-H	168,8%	172,3%	-3,3 p.p	167,9%	0,9 p.p
DESTAQUES					
Margem Financeira Líquida (NIM-AR) (% a.a.) ⁽²⁾	10,0%	11,6%	-1,6 p.p	12,9%	-2,9 p.p
ROAE Recorrente (% a.a.) ⁽³⁾	28,3%	29,7%	-1,4 p.p	29,0%	-0,7 p.p
ROAA Recorrente (% a.a.) ⁽⁴⁾	2,7%	2,9%	-0,2 p.p	3,1%	-0,4 p.p
Retorno sobre PL Médio (ROAE) (% a.a.)	37,5%	21,5%	16,0 p.p	41,4%	-3,9 p.p
Retorno s/ Ativos Médios (ROAA) (% a.a.)	3,5%	2,1%	1,4 p.p	4,4%	-0,9 p.p
Índice de Eficiência (%)	22,5%	29,0%	-6,5 p.p	24,0%	-1,5 p.p
Índice de Eficiência Recorrente (%)	25,6%	25,8%	-0,2 p.p	27,3%	-1,7 p.p
Índice de Basileia III (%)	15,0%	14,5%	0,5 p.p	14,2%	0,8 p.p
Colaboradores	2.719	2.564	6,0%	2.464	10,3%
Número de Agências (Empresas)	46	46	-	45	2,2%

(1) Inclui Avals e Fianças

(2) Considera variação cambial sobre operações passivas, comércio exterior e desconsidera operações comprometidas – recompras a liquidar – carteira de terceiros.

(3) ROAE Recorrente = Lucro Líquido Recorrente/Patrimônio Líquido médio

(4) ROAA Recorrente = Lucro Líquido Recorrente/Ativos Médios

000014



Principais Destaques – 1T21

Daycoval capta US\$ 400 milhões com a IFC e sindicato de Bancos

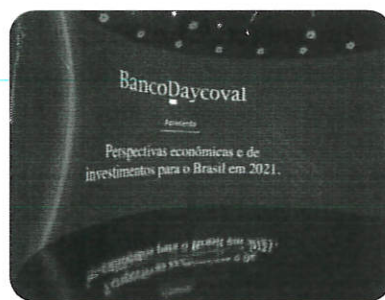
- Em abril de 2021, o Banco realizou captação de US\$ 400 milhões, junto à IFC, membro do Banco Mundial, e sindicato de Bancos com prazo de vencimento de até 3,5 anos.
- US\$ 130 milhões foram financiados com recursos da IFC e o restante, de US\$ 270 milhões, por sindicato de bancos.



Parte destes recursos serão utilizados para estimular o crédito ao empreendedorismo feminino e às pequenas e médias empresas, principalmente das regiões menos favorecidas do Brasil.

Evento | Perspectivas Econômicas e de Investimentos para o Brasil 2021

- O Banco realizou a segunda edição do evento Perspectivas Econômicas e de investimentos para o Brasil.



- O encontro on-line reuniu autoridades e representantes importantes da economia nacional como o Presidente do Banco Central e do BNDES e profissionais na gestão de recursos para fazer uma análise do cenário macroeconômico do país e do mundo, além de perspectivas do mercado financeiro para 2021 com os impactos da pandemia Covid-19.

Daycoval é destaque no Guia Valor de Fundos de Investimento | Valor Econômico

- O fundo Daycoval Ibovespa Ativo FIA, da Daycoval Asset Management, foi reconhecido pelo Guia de Fundos do Valor Econômico.

Ações Índice

10 mais rentáveis

Barristul Índice FIA	Barristul S.A. CVMC
BB Ações Alocação ETF FIA	BB Gestão de Recursos DTVM S.A.
Daycoval Ibovespa Ativo FIA	Daycoval A. M. Adm. de Recursos Ltda.
Itaú Ibovespa Ativo FIC FIA	Itaú Unibanco S.A.
Nest FIA	Nest International ADC De VM Ltda.
Oceana Valor FIC FIA	Oceana Investimentos ADCVM Ltda.
Plural Estratégia FIC FIA	Plural Investimentos GDR Ltda.
Schroder IBX Plus FIC FIA	Schroder Investment Management Brasil Ltda.
Schroder Scredi Ibovespa FIA	Schroder Investment Management Brasil Ltda.
Sharp Ibovespa Ativo Feeder FIC FIA	Sharp Capital Gestora de Recursos Ltda.

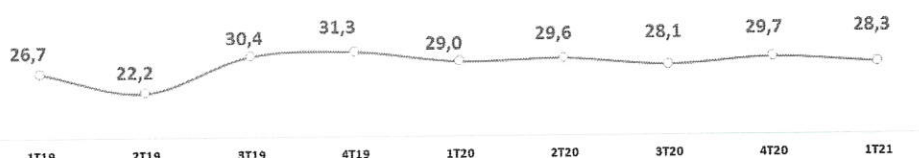
- A seleção de empresas leva em conta critérios quantitativos e qualitativos, especialmente os critérios de ESG.

000013

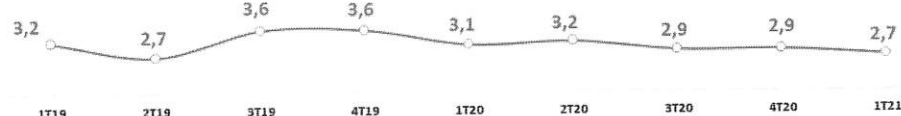
Rentabilidade

Indicadores Recorrentes

ROAE no 1T21 (%)
-1,4 p.p em 3 meses
-0,7 p.p em 12 meses

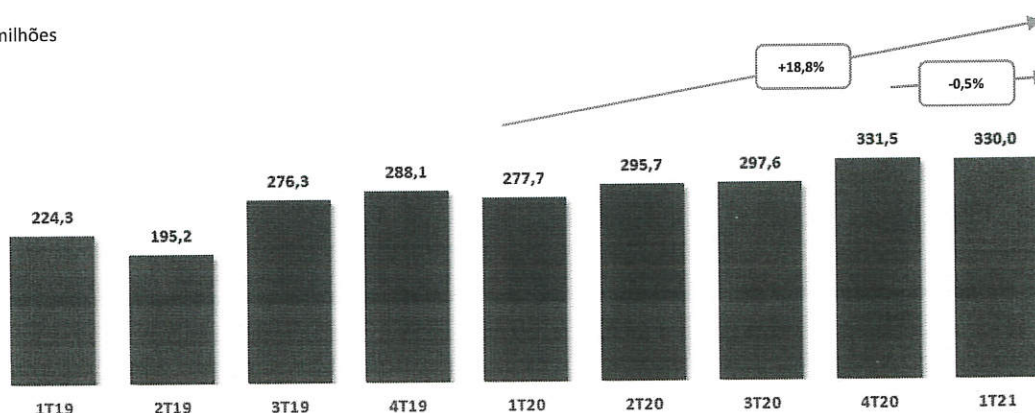


ROAA no 1T21 (%)
-0,2 p.p em 3 meses
-0,4 p.p em 12 meses



Lucro Líquido Recorrente

R\$ milhões



Indicadores Recorrentes (R\$ milhões)

	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
Lucro Líquido Contábil	436,7	239,4	82,4%	395,9	10,3%
(-) Hedge MTM - Captações Exterior e Operações de Crédito	81,5	(70,3)	n.a.	73,6	10,7%
(-) Variação Cambial - Equivalência - Investimentos no exterior	25,2	(21,8)	n.a.	44,6	-43,5%
Lucro Líquido Recorrente	330,0	331,5	-0,5%	277,7	18,8%
ROAE Recorrente (%)	28,3%	29,7%	-1,4 p.p	29,0%	-0,7 p.p
ROAA Recorrente (%)	2,7%	2,9%	-0,2 p.p	3,1%	-0,4 p.p
Índice de Eficiência Recorrente (%)	25,6%	25,8%	-0,2 p.p	27,3%	-1,7 p.p

No 1T21 o **Lucro Líquido Recorrente** alcançou R\$ 330,0 milhões, estável em relação ao 4T20 e crescimento de 18,8% em comparação ao 1T20. Este resultado é reflexo da redução da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no 1T21, do crescimento da Carteira de Crédito e manutenção das margens.

Conforme demonstrado na tabela acima, no Lucro Líquido Contábil do 1T21 houve impacto positivo da marcação a mercado do *hedge* sobre as captações externas e operações de crédito no montante de R\$ 81,5 milhões e de variação cambial positiva no valor de R\$ 25,2 milhões nos investimentos em subsidiárias no Exterior, decorrente da apreciação do dólar frente ao real no período.

Não efetuamos marcação a mercado nas captações externas que não são objeto de *hedge accounting*. Contudo, efetuamos no seu respectivo hedge, por esse motivo consideramos esta marcação a mercado como não recorrente.

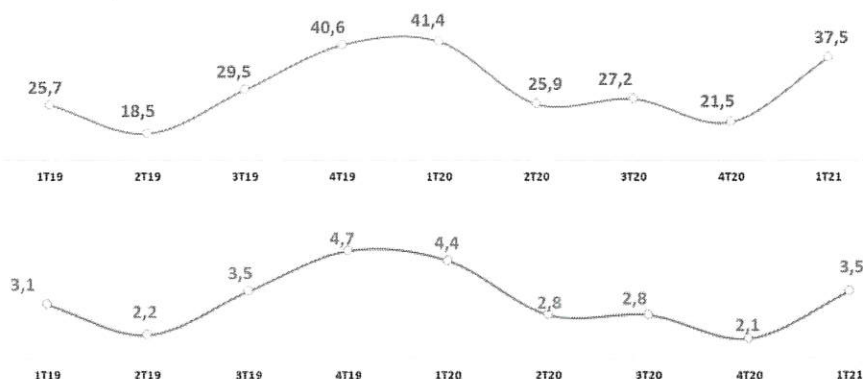
000016



Lucro Líquido de R\$ 436,7 milhões no 1º trimestre de 2021

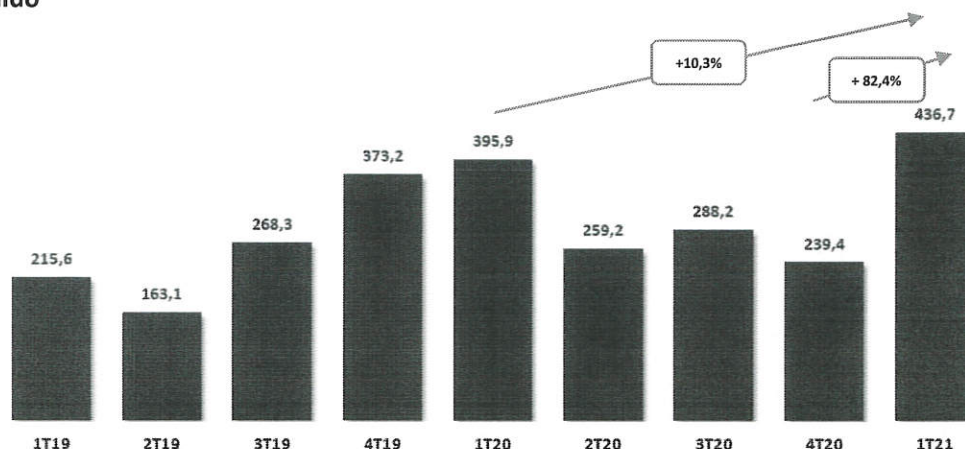
ROAE no 1T21 (%)
+ 16,0 p.p. em 3 meses
- 3,9 p.p. em 12 meses

ROAA no 1T21 (%)
+ 1,4 p.p. em 3 meses
- 0,9 p.p. em 12 meses



Lucro Líquido

R\$ milhões



Indicadores Contábeis (R\$ milhões)

	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
Lucro Líquido (A)	436,7	239,4	82,4%	395,9	10,3%
Patrimônio Líquido Médio (B)	4.663,5	4.462,4	4,5%	3.828,2	21,8%
Ativos Médios (C)	49.645,3	45.793,1	8,4%	35.836,5	38,5%
Retorno s/ PL Médio (ROAE) (% a.a.) (A/B)	37,5%	21,5%	16,0 p.p	41,4%	-3,9 p.p
Retorno s/ Ativos Médios (ROAA) (% a.a.) (A/C)	3,5%	2,1%	1,4 p.p	4,4%	-0,9 p.p

O **Lucro Líquido** atingiu R\$ 436,7 milhões, crescimento de 82,4% em três meses e 10,3% em relação ao 1T20. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) foi de 37,5% no trimestre, 16,0 p.p acima do 4T20.

Nesse trimestre tivemos o impacto positivo da marcação a mercado do *hedge* sobre as captações externas e operações de crédito de R\$ 81,5 milhões e variação cambial positiva de R\$ 25,2 milhões nos investimentos em subsidiárias no Exterior, decorrente da apreciação do dólar frente ao real no período.

000017

Margem Financeira Líquida Ajustada e Recorrente (NIM –AR)

NIM - AR de 10,0% no 1T21
 - 1,6 p.p em 3 meses
 - 2,9 p.p. em 12 meses



Margem Financeira Líquida - (NIM-AR) (R\$ milhões)	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
Resultado da Intermediação Financeira Ajustado pela PDD e Variação Cambial	1.173,6	957,7	22,5%	1.038,7	13,0%
Hedge MTM - Captações Exterior e Operações de Crédito	148,2	(127,8)	n.a	133,8	10,8%
Resultado da Intermediação Financeira Ajustado Recorrente (A)	1.025,4	1.085,5	-5,5%	904,9	13,3%
Ativos Remuneráveis Médios	43.800,6	40.618,4	7,8%	32.077,1	36,5%
(-) Operações Compromissadas - recompras a liquidar - carteira de terceiros	(1.420,4)	(1.519,7)	-6,5%	(2.713,6)	-47,7%
Ativos remuneráveis médios (B)	42.380,2	39.098,7	8,4%	29.363,5	44,3%
Margem Financeira Líquida Ajustada Recorrente (NIM-AR) (%a.a.) (A/B)	10,0%	11,6%	-1,6 p.p	12,9%	-2,9 p.p

Margem Financeira Líquida (NIM)

Margem Financeira Líquida (NIM) (R\$ milhões)	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.173,6	957,7	22,5%	1.038,7	13,0%
Resultado da Intermediação Financeira Ajustado (A)	1.173,6	957,7	22,5%	1.038,7	13,0%
Ativos Remuneráveis Médios (B)	43.800,6	40.618,4	7,8%	32.077,1	36,5%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.986,0	4.245,5	17,4%	5.988,8	-16,7%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7.829,4	6.558,9	19,4%	2.745,0	n.a
Operações de Crédito (não inclui cessões e avais e fianças)	31.907,6	30.464,0	4,7%	23.348,8	36,7%
Carteira de Câmbio	(922,4)	(650,0)	41,9%	(5,5)	n.a
Margem Financeira Líquida (NIM) (% a.a.) (A/B)	11,2%	9,8%	1,4 p.p	13,6%	-2,4 p.p

000016

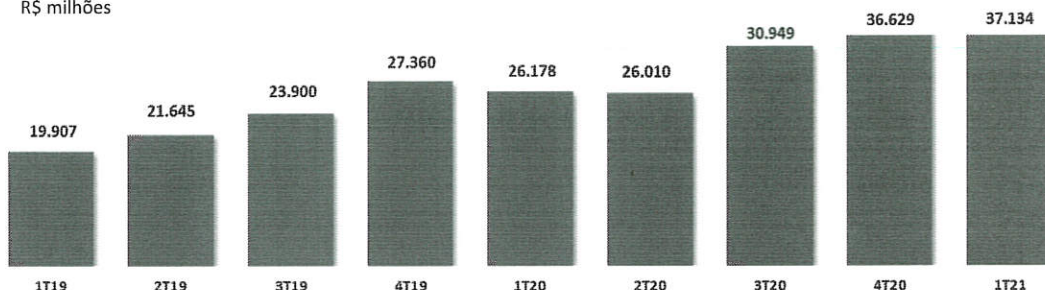
Carteira de Crédito Ampliada

Distribuição da Carteira

1º trimestre de 2021

R\$ milhões

Empresas	76,5%
Consignado	20,2%
Veículos	3,1%
Outros	0,2%



Carteira de Crédito Ampliada (R\$ milhões)	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
Crédito Empresas	28.421,8	28.193,4	0,8%	17.778,5	59,9%
Capital de Giro	6.710,8	7.043,1	-4,7%	6.455,0	4,0%
FGI PEAC	8.112,5	8.229,7	-1,4%	-	n.a
Compra de Direitos Creditórios	4.904,7	5.524,4	-11,2%	3.920,4	25,1%
Comércio Exterior	1.757,6	996,0	76,5%	1.546,5	13,7%
Conta Garantida	1.588,8	1.416,5	12,2%	1.689,5	-6,0%
Leasing	1.420,5	1.421,1	0,0%	1.252,2	13,4%
BNDES	154,7	165,4	-6,5%	197,2	-21,6%
Avais e Fianças Concedidos	3.772,2	3.397,2	11,0%	2.717,7	38,8%
Crédito Consignado	7.476,4	7.223,3	3,5%	7.135,8	4,8%
Consignado	6.929,6	6.682,0	3,7%	6.600,9	5,0%
Cartão Consignado	546,8	541,3	1,0%	534,9	2,2%
Crédito Veículos/Outros	1.162,6	1.144,3	1,6%	1.206,3	-3,6%
Crédito C.G.I.	73,1	68,3	7,0%	57,1	28,0%
Carteira de Crédito Ampliada	37.133,9	36.629,3	1,4%	26.177,7	41,9%

A carteira de crédito alcançou R\$ 37,1 bilhões, crescimento de 1,4% no trimestre e 41,9% nos últimos 12 meses. O segmento crédito empresas encerrou com R\$ 28,4 bilhões, estável em comparação ao 4T20 e elevação de 59,9% se comparado com o mesmo período do ano anterior. O crédito à pessoa física totalizou R\$ 8,7 bilhões no 1T21, crescimento 3,2% no trimestre e de alta de 3,6% em doze meses.

O programa FGI PEAC, iniciado em julho de 2020, teve como objetivo apoiar, primordialmente, as **pequenas e médias empresas (PMEs)** na obtenção de crédito, ajudando-as a atravessar a crise econômica decorrente dos efeitos da pandemia da Covid-19, encerrou-se em 31 de dezembro de 2020.

Cabe esclarecer, que a Lei nº 14.042/20, também, permitiu que até 10% dos recursos aportados pela União no FGI-PEAC fossem destinados ao apoio a empresas com faturamento superior a R\$ 300 milhões, desde que estas atuassem nos setores da economia mais impactados pela pandemia e que assumissem o compromisso de manutenção de empregos por dois meses a partir da data de contratação da operação.

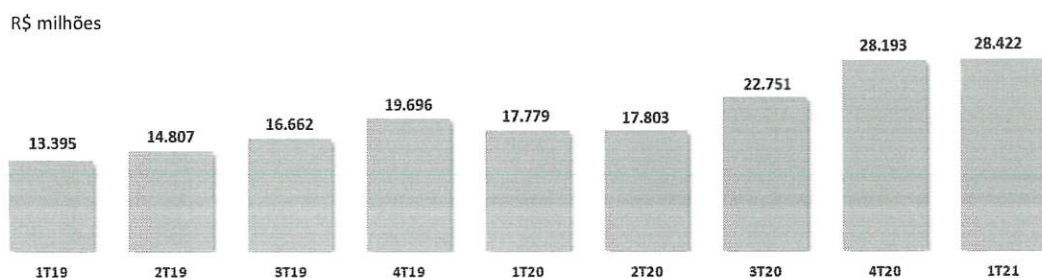
000015

Carteira Empresas

R\$ milhões

R\$ 28,4 bilhões

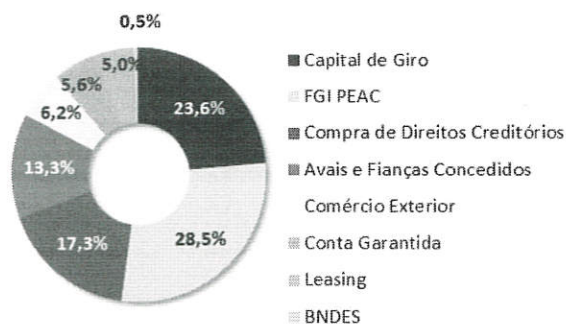
+ 0,8% em 3 meses
+ 59,9% em 12 meses



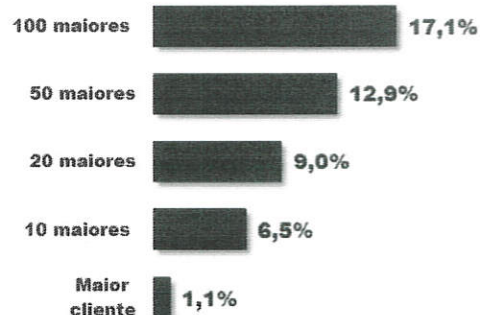
Distribuição do Crédito Empresas (R\$ milhões)	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
Capital de Giro	6.710,8	7.043,1	-4,7%	6.454,9	4,0%
FGI PEAC	8.112,5	8.229,7	-1,4%	-	n.a
Compra de Direitos Creditórios	4.904,7	5.524,4	-11,2%	3.920,4	25,1%
Conta Garantida	1.588,8	1.416,5	12,2%	1.689,5	-6,0%
Leasing	1.420,5	1.421,1	0,0%	1.252,2	13,4%
Comércio Exterior	1.757,6	996,0	76,5%	1.546,5	13,7%
BNDES	154,7	165,4	-6,5%	197,2	-21,6%
Avais e Fianças Concedidos	3.772,2	3.397,2	11,0%	2.717,7	38,8%
Total Crédito Empresas	28.421,8	28.193,4	0,8%	17.778,5	59,9%

Essa concentração de crédito se mantém no mesmo nível nos últimos 5 anos.

Breakdown por Produto (%)



Concentração do Crédito (%)



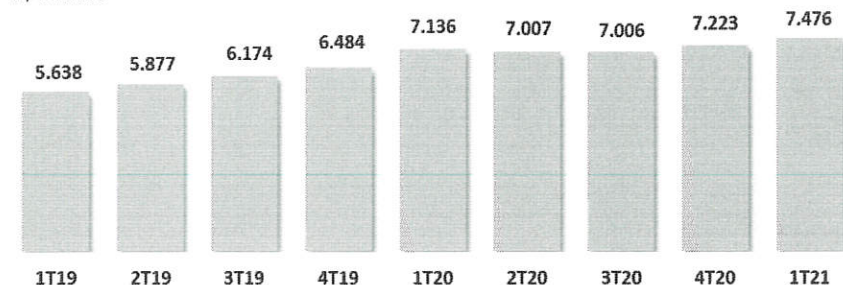
000020

Crédito Consignado

R\$ 7,5 bilhões no 1T21

+3,5% em 3 meses
+ 4,8% em 12 meses

R\$ milhões

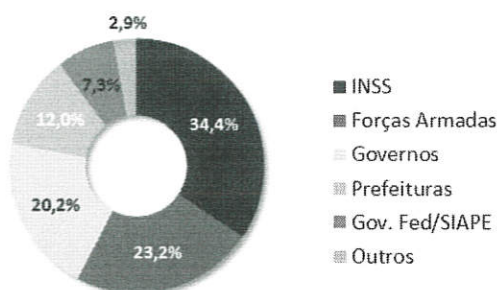


O Consignado encerrou o 1T21 com saldo de R\$ 7,5 bilhões, crescimento de 3,5% no trimestre e aumento de 4,8% versus março de 2020. A carteira de cartão consignado totalizou R\$ 546,8 milhões no 1T21, alta de 1,0% em relação ao 4T20.

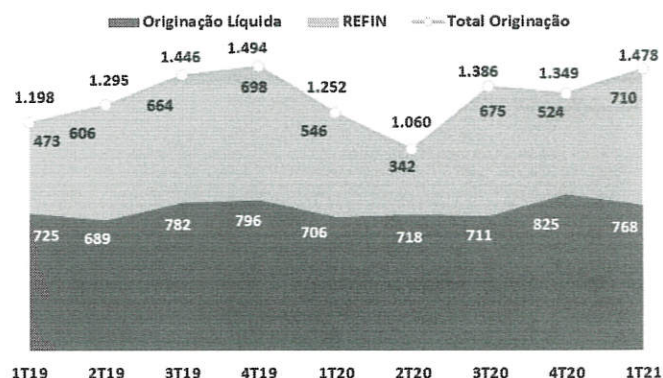
Nesse trimestre originamos R\$ 1,5 bilhões, sendo 52% de origemação líquida e 48% de REFIN.

Através do APP|Consignado é possível simular e contratar empréstimos e financiamentos, refinanciamentos, acompanhar propostas e atualizações cadastrais. No 1T21 foram originados de R\$ 420,2 milhões por este canal.

Distribuição da Carteira (%)



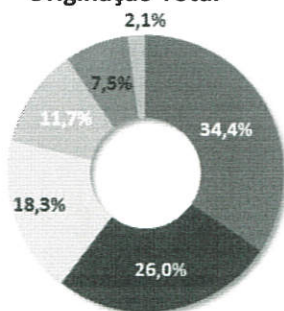
Originação



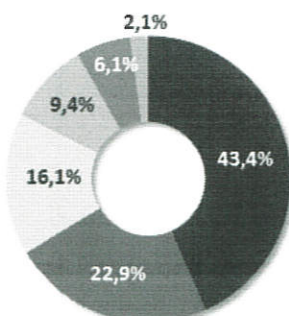
Nos gráficos abaixo demonstramos o Refinanciamento, onde o cliente (servidor público / aposentado do INSS) tem seu empréstimo primário quitado com o Banco e lhe é dado um novo empréstimo. Esta estratégia foi adotada pelo Banco com foco na maior margem do produto.

Distribuição da Originação

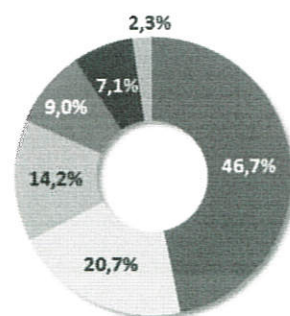
Originação Total



Originação Líquida



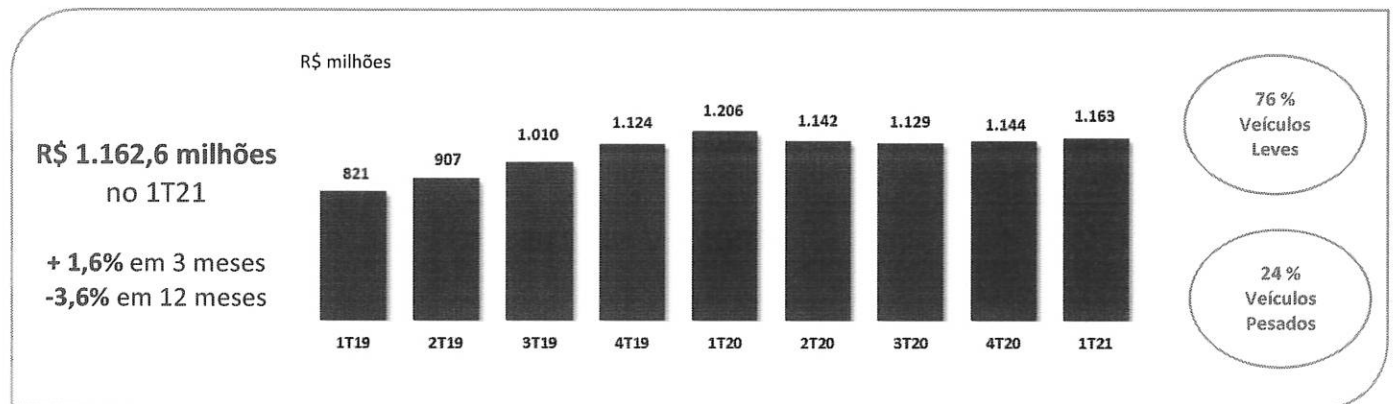
Originação de Refinanciamento



INSS Forças Armadas Governos Prefeituras Gov. Fed./SIAPE Outros

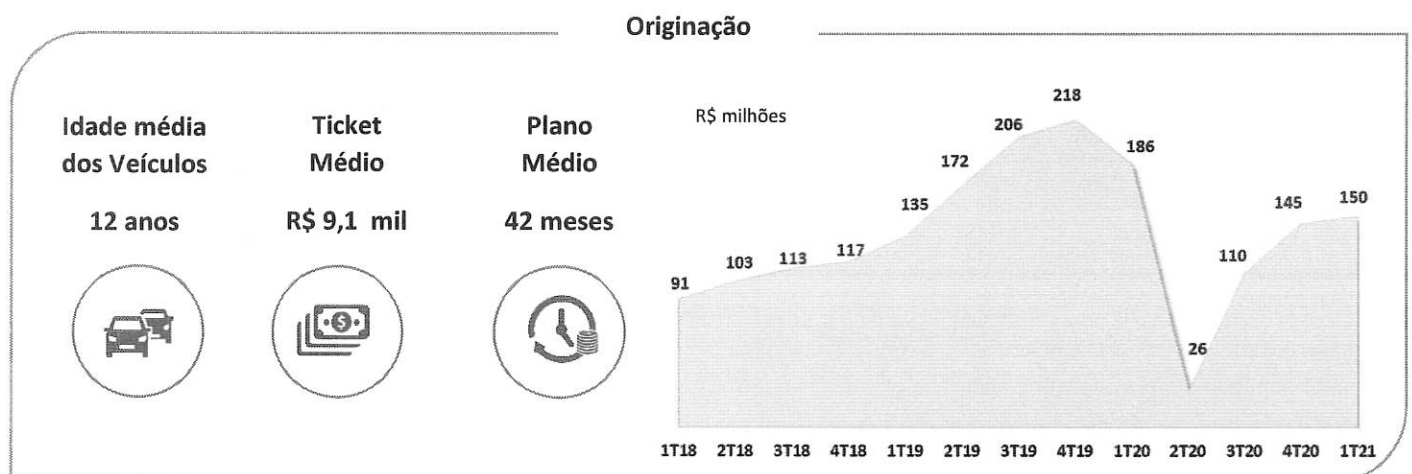
000021

Carteira de Veículos



Esse segmento encerrou o 1T21 com saldo de R\$ 1,2 bilhões, crescimento de 1,6% comparado ao 4T20 e redução de 3,6% em relação ao 1T20. Os veículos leves permanecem com maior participação na carteira em relação aos veículos pesados, representando 76% da carteira no 1T21. Nosso desempenho segue suportado pela plataforma + negócios que oferece melhor experiência durante a jornada do cliente.

Estamos retornando à originação gradualmente. No 1T21 foram originados R\$ 149,7 milhões.



CGI – Crédito com Garantia de Imóvel

R\$ 73,1 milhões
no 1T21

+ 7,0% em 3 meses
+ 28,0% em 12 meses

Vantagens

- ✓ Limite de crédito de R\$ 50 mil a R\$ 1 milhão;
- ✓ Crédito equivalente a até 60% do imóvel;
- ✓ Até 180 meses para pagar.

Garantias

- ✓ Ter imóvel próprio construído;
- ✓ Imóvel em nome do tomador do crédito;
- ✓ Imóvel com valor superior a R\$ 100 mil;
- ✓ Renda para aprovação do crédito composta por até 4 pessoas;
- ✓ Documentação regular.

000022

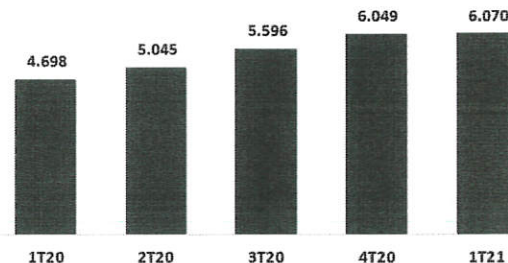


✓ **R\$ 6,1 bilhões de Ativos sob Gestão e Administração**

✓ **Gerenciamento de 66 Fundos**

✓ **+ de 35 mil investidores**

R\$ milhões



A Daycoval Asset Management atende clientes que buscam soluções sofisticadas e alinhadas ao seu perfil de investimento. Com diversas modalidades de fundos de investimentos e de produtos e serviços diferenciados, como a administração de carteiras. No 1T21 encerrou com um total de ativos sob gestão da ordem de R\$ 6.070,0 milhões.

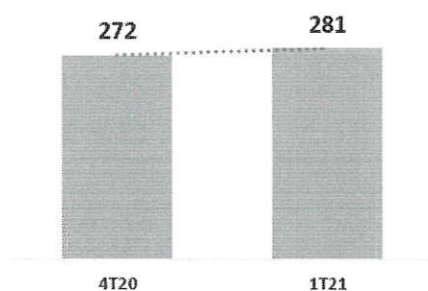
Atualmente, realiza a gestão de 66 fundos sendo: 32 Fundos Multimercado, 14 Fundos de Renda Fixa, 6 Fundos de Ações, 6 Fundos de Participações, 7 FIDCs, 1 Fundo Imobiliário e 1 Carteira Administrada.

A Asset dispõe de uma equipe especializada de 18 colaboradores, entre *traders*, gestores, *back office* e área comercial, com profundo conhecimento de mercado.

Serviços de Custódia, Gestão e Administração

Foi ampliado o foco no segmento de serviços ao Mercado de Capitais, com novo time voltado aos segmentos de Custódia, Gestão e Administração. No 1T21, o montante de serviços de Custódia, Gestão e Administração (inclusive por meio da Daycoval Asset) alcançou R\$ 32,0 bilhões.

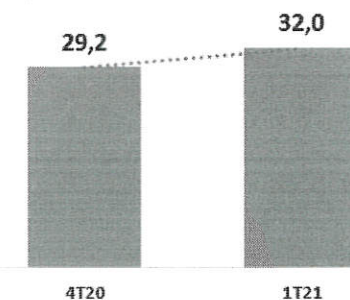
Quantidade de Fundos*



*Inclui Clubes de Investimento e Carteira Administrada.

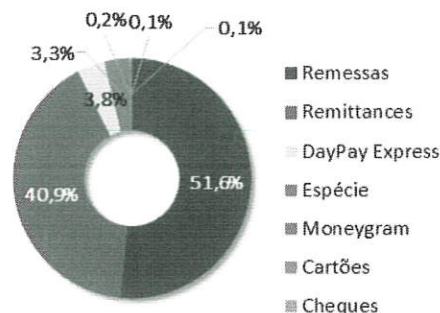
Total de Serviços de Custódia, Gestão e Administração

R\$ bilhões



000023

Mix de Produtos (%)



- ✓ + R\$ 3,0 bilhões transacionados no 1T21 versus R\$ 3,1 bilhões transacionados no 4T20;
- ✓ + 0,8 milhões de operações no 1T21 e no 4T20;
- ✓ 172 Pontos de Atendimento;
- ✓ As operações de *Remittance* alavancaram os volumes transacionados e quantidade de operações. Os demais produtos tiveram redução de volume devido efeitos da pandemia da Covid-19.
- ✓ Novo Produto DayPay Express – Envio de dinheiro com o Daypay e recebimento em um local Western Union.

Produtos e Serviços de Tesouraria para Empresas

Como resultado da experiência e conhecimento de mais de 50 anos de conservadorismo em crédito e inovação em produtos e negócios, oferecemos aos nossos clientes soluções de Tesouraria para a gestão das exposições a riscos de mercado inerentes às suas atividades. Além disso, na parte de serviços, nossos clientes contam com a solidez e segurança de um Banco criterioso e disciplinado na formalização de contratos e controle de garantias.

Volume transacionado no 1T21 por modalidade

R\$ 3,3 bilhões

+26% 1T21 vs 4T20 e
+40% em 12 meses
(Câmbio Pronto)

Câmbio

- Importações e Exportações.
- Remessas ou Ingressos Financeiros.
- Investidores Não – Residentes.
- Soluções em estruturas específicas de investimento estrangeiro.

+ 4.600 transações
nos 3 meses
+ de 530 clientes

R\$ 3,0 bilhões

+10% 1T21 vs 4T20 e
+79% em 12 meses
(Derivativos)

Derivativos

- NDFs, Swaps e Opções.
- Soluções para os clientes na gestão de seus riscos e exposições em moedas e juros.
- Proteção de resultados e orçamentos em moeda estrangeira.

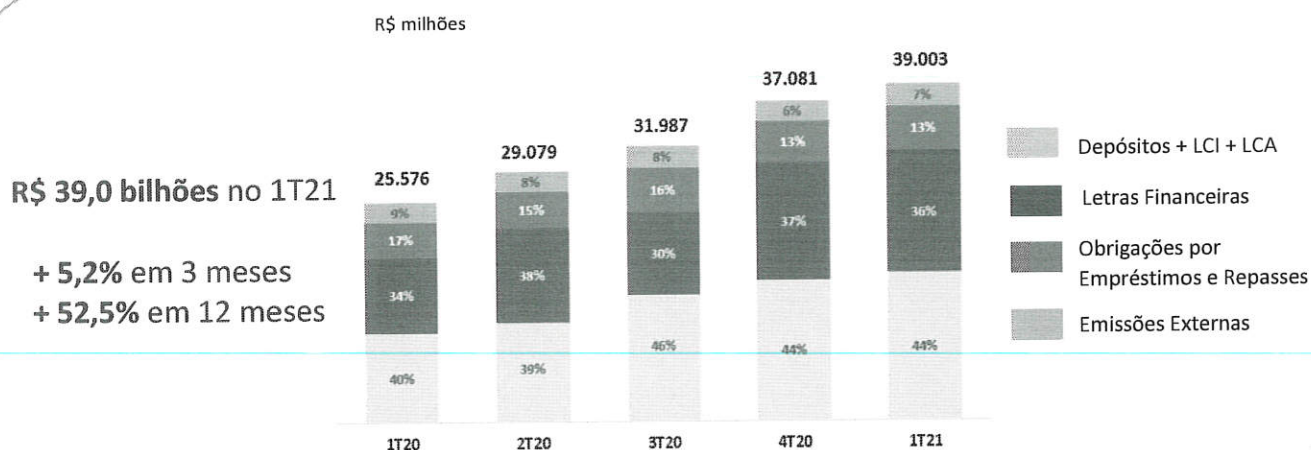
R\$ 1,8 bilhões

+22% 1T21 vs 4T20 e
+41% em 12 meses
(Escrow Account)

Serviços

- Escrow Account.
- Bancarização de transações de crédito.
- Apoio na estruturação de créditos não padronizados.

Captação



Captação (R\$ MM)	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
Depósitos Totais	17.046,4	16.217,3	5,1%	10.301,1	65,5%
Depósitos	14.473,2	14.027,6	3,2%	8.751,5	65,4%
Letras de Crédito (LCI + LCA)	2.573,2	2.189,7	17,5%	1.549,6	66,1%
Letras Financeiras	14.223,5	13.789,4	3,1%	8.751,1	62,5%
Oferta Privada	7.276,1	6.069,1	19,9%	6.051,3	20,2%
Oferta Pública	1.797,9	2.329,2	-22,8%	2.489,5	-27,8%
Letras Financeiras Garantidas	4.687,3	4.930,4	-4,9%	-	n.a.
Letras Financeiras Perpétuas + Subordinadas	462,2	460,7	0,3%	210,3	119,8%
Empréstimos no Exterior e Repasses	5.100,0	4.668,7	9,2%	4.183,2	21,9%
Empréstimos no Exterior	4.946,4	4.503,9	9,8%	3.987,6	24,0%
Repasses do País - Instituições Oficiais	153,6	164,8	-6,8%	195,6	-21,5%
Emissões Externas	2.632,6	2.405,4	9,4%	2.340,9	12,5%
Total	39.002,5	37.080,8	5,2%	25.576,3	52,5%

As captações de clientes totalizaram R\$ 39,0 bilhões em 31 de março de 2021, alta de 5,2% em relação ao trimestre passado e de 52,5% em comparação ao ano anterior, o crescimento foi praticamente em todas linhas, refletindo o movimento observado ao longo do período de migração de recursos dos investidores para instrumentos mais estáveis.

A captação de Letras Financeiras atingiu saldo de R\$ 14,2 bilhões no 1T21, aumento de 3,1% em relação ao 4T20 e crescimento de 62,5% nos últimos 12 meses.

Encerramos o trimestre com Caixa livre de R\$ 9,4 bilhões.

A Instituição manteve o foco no equilíbrio dos recursos captados, seja por meio do alongamento das operações, seja por meio da sólida expansão de sua base de clientes, composta tanto por pessoas físicas, quanto por pessoas jurídicas, alinhada com a esperada evolução da carteira de crédito, sempre buscando o casamento de ativos e passivos e a eficiência no custo.

Em Abril de 2021, o Daycoval obteve um empréstimo de US\$ 400,0 milhões, concedido pela IFC e sindicato de Bancos, para oferecer linhas de financiamento de capital de giro a pequenas e médias empresas, incluindo empresas de propriedade de mulheres e para regiões menos favorecidas do Brasil.

000020

Abaixo mais informações sobre a operação.

Emissões em 2021

Banco Daycoval captou US\$ 400 milhões com a IFC e sindicato de Bancos

US\$ 400 milhões

Captação junto a IFC, membro do Banco Mundial, com prazo de até 3,5 anos.

US\$ 130 milhões foram financiados com recursos da IFC e o restante, de US\$ 270 milhões, pelo grupo de bancos representados abaixo:



Parte destes recursos serão utilizados para estimular o crédito ao empreendedorismo feminino e às pequenas e médias empresas, principalmente das regiões menos favorecidas do Brasil.

000020

Gestão de Ativos e Passivos



Gap Positivo de 115 dias

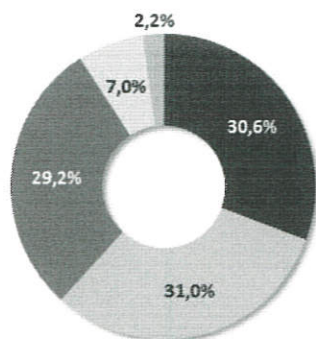
Carteira de Crédito por segmento	Prazo Médio a decorrer ⁽¹⁾ (dias)	Captação	Prazo Médio a decorrer ⁽¹⁾ (dias)
Crédito Empresas	195	Depósitos a Prazo	122
FGI PEAC	547	Depósitos Interfinanceiros	238
Comércio Exterior	98	Letras Financeiras	521
Consignado	562	LCA (Letra de Crédito Agrícola)	325
Veículos	464	LCI (Letra de Crédito Imobiliário)	227
Leasing	544	DPGE (Depósito a Prazo com Garantia Especial)	455
BNDIS	478	Emissões Externas	1.238
		Obrigações por Empréstimos e Repasses	340
		BNDIS	488
Prazo Médio das Operações de Crédito	395	Prazo Médio das Operações de Captação	510

(1) A partir de 31 de Março de 2021.

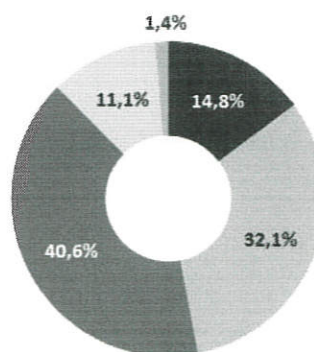
(1) A partir de 31 de Março de 2021.

Operações a Vencer

Carteira de Crédito



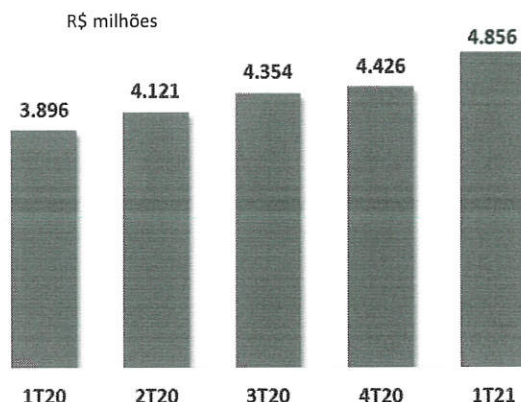
Captação



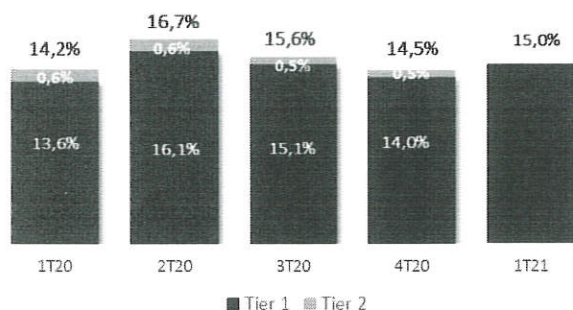
Até 3 meses
 De 3 a 12 meses
 De 1 a 3 anos
 De 3 a 5 anos
 Acima de 5 anos

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (PL) totalizou R\$ 4,9 bilhões no 1T21, aumento de 9,7% em comparação ao 4T20.



Índice de Basileia III (%)



O Acordo de Basileia prevê que os bancos mantenham um percentual mínimo de patrimônio ponderado pelo risco incorrido em suas operações. No Brasil, o Banco Central exige que os bancos instalados no País observem o percentual mínimo de 8,0% mais 1,25% de adicional de capital principal "ACP conservação", calculados com base nas regras do Acordo da Basileia III.

Composição do Patrimônio de Referência (R\$ MM)

	1T21
Patrimônio de referência	5.306,6
Patrimônio de referência - Nível I	5.306,6
Capital principal	4.844,3
Patrimônio líquido	4.855,7
Ajustes prudenciais - Resolução CMN nº 4.192/13	(11,3)
Capital complementar	462,2
Letras financeiras perpétuas	462,2
Patrimônio de referência mínimo exigido (RWA x 8%)	2.830,0

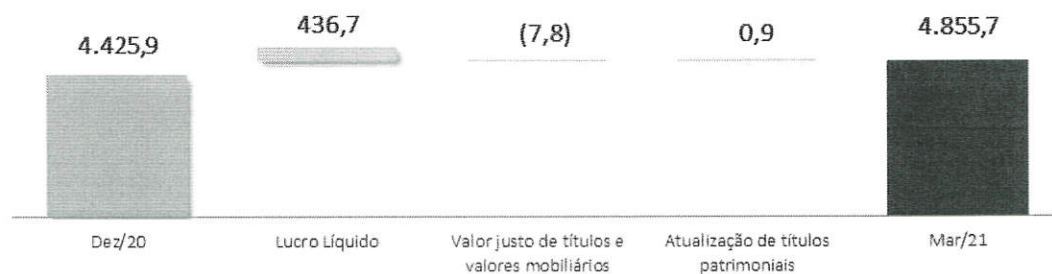
Indicador de Basileia

Indicador de Basileia - Capital Nível I

15,0%
15,0%

Mutação do Patrimônio Líquido - 1T21

R\$ MM



Ratings

O Daycoval é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida, tendo o rating de longo prazo em moeda estrangeira limitado ao rating soberano. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas agências: Moody's, Fitch e Standard & Poor's.

Agências de Classificação de Risco

	Escala Global		Escala Nacional	Perspectiva Escala Global
	Longo Prazo	Soberano	Longo Prazo	
Moody's ¹	Ba2	Ba2	Aa2.br	Estável
Fitch Ratings ²	BB-	BB-	AA(bra)*	Negativa
Standard & Poors ³	BB-	BB-	brAA+	Estável
RISKbank ⁴	BRLP 3 Baixo Risco para Longo Prazo (até 5 anos) – viés negativo			

Data de Atualização : 1 - Dez/20, 2 – Abr/21, 3 – Jan/21 e 4 – Fev/21.

* Perspectiva Estável para o Rating Nacional.

Rating soberano

Em Abril/21, a Fitch Ratings alterou a perspectiva do Rating Nacional, para AA(bra) | Estável.

Qualidade da Carteira de Crédito

Operamos de acordo com a nossa cultura de avaliação de risco alinhada com as boas práticas internacionais, visando proteger nosso capital e garantir a rentabilidade de nossos negócios. Nosso processo de aprovação de crédito, particularmente a aprovação de novos empréstimos e monitoramento de riscos, são estruturados de acordo com nossa classificação de clientes e produtos, envolvendo o segmento de varejo e atacado.

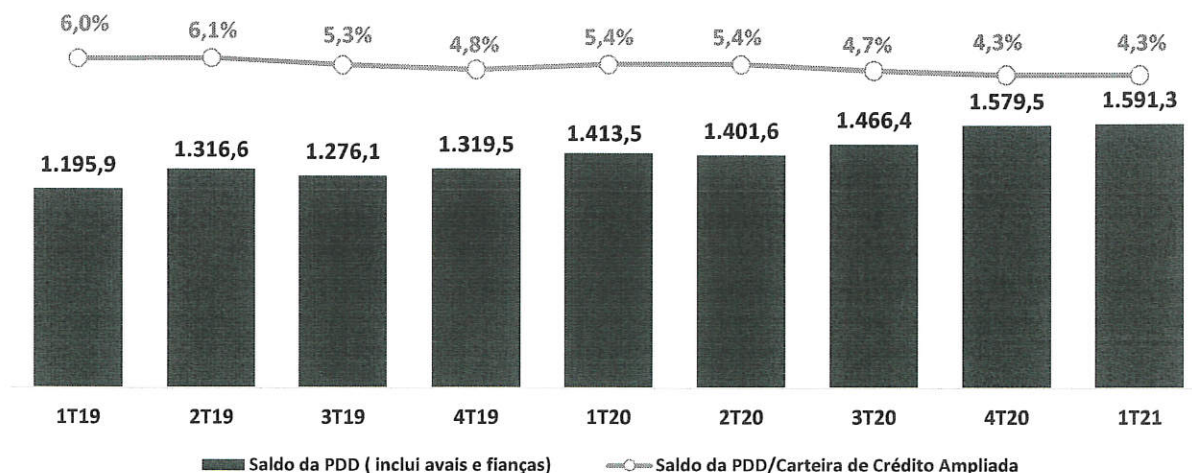
Banco Daycoval - R\$ MM

Rating	Provisão Requerida	Carteira	%	Provisão*	
AA	0,0%	5.811,0	15,6%	20,4	95,8% entre AA e C
A	0,5%	11.289,8	30,4%	100,0	
B	1,0%	16.500,6	44,4%	466,5	
C	3,0%	2.059,8	5,4%	171,6	
D	10,0%	530,2	1,4%	97,6	
E	30,0%	185,7	0,5%	86,6	
F	50,0%	138,3	0,4%	69,2	
G	70,0%	130,0	0,4%	90,9	
H	100,0%	488,5	1,3%	488,5	
Total Carteira		37.133,9	100,0%	1.591,3	
Total Provisão / Carteira				4,3%	

(*) Inclui Avais e Fianças no montante de R\$ 3.772,2, de carteira e R\$ 44,3 milhões de provisão no 1T21.

Um importante indicativo da qualidade da carteira de crédito é o total das operações classificadas entre AA e C, que são as melhores classificações de risco de acordo com a regulamentação vigente, que totalizaram 95,8% do total da carteira de crédito no 1T21. O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa representou 4,3% da carteira de crédito, estável em relação ao 4T20.

Saldo da PDD (inclui avais e fianças) /Carteira de Crédito Ampliada



000030

1T21

Empresas			FGI PEAC		Consignado		Veículos/ Outros		C.G.I	
Rating	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA - C	19.712,5	348,3	8.015,7	202,3	6.936,8	156,2	926,2	49,6	70,0	2,1
D	260,7	47,2	54,7	10,2	74,1	13,9	140,1	26,2	0,7	0,1
E	83,0	38,3	15,1	7,1	50,9	23,9	35,8	16,8	0,9	0,4
F	53,8	26,9	13,2	6,6	55,3	27,7	15,8	7,9	0,2	0,1
G	13,3	9,4	1,7	1,2	105,7	74,0	9,2	6,4	-	-
H	185,9	185,9	12,1	12,1	253,6	253,6	35,5	35,5	1,4	1,4
Total	20.309,2	656,0	8.112,5	239,5	7.476,4	549,3	1.162,6	142,4	73,2	4,1
Total da PDD/ Carteira		3,2%		3,0%		7,3%		12,2%		5,6%

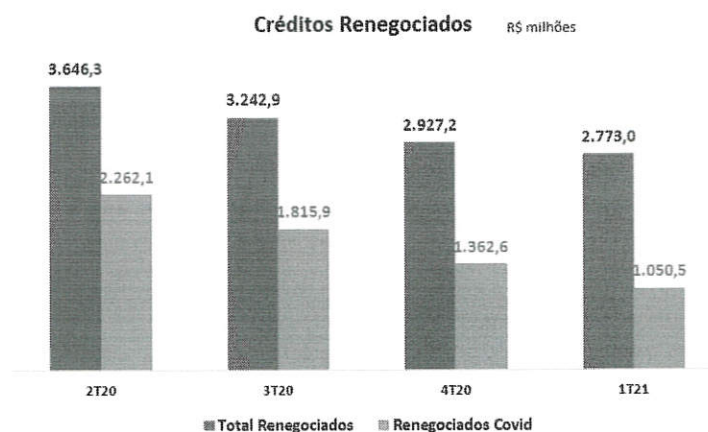
4T20

Empresas			FGI PEAC		Consignado		Veículos/ Outros		C.G.I	
Rating	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA - C	19.368,7	357,9	8.165,8	206,4	6.655,2	153,4	905,6	49,3	65,4	2,0
D	261,8	47,1	53,8	10,1	89,6	16,7	145,8	27,3	0,8	0,2
E	82,5	38,2	-	0,0	136,1	64,0	31,6	14,8	0,2	0,1
F	52,6	26,3	2,4	1,2	49,7	24,9	13,5	6,7	-	-
G	13,2	9,3	-	-	27,8	19,5	8,7	6,1	0,8	0,3
H	184,9	184,9	7,6	7,6	264,8	264,8	39,2	39,2	1,2	1,2
Total	19.963,7	663,7	8.229,6	225,3	7.223,2	543,3	1.144,4	143,4	68,4	3,8
Total da PDD/ Carteira		3,3%		2,7%		7,5%		12,5%		5,6%

Carteira de Renegociação

As operações de crédito renegociadas somaram R\$ 2,8 bilhões, que inclui R\$ 1,1 bilhões referentes à operações renegociadas em função das circunstâncias envolvendo a pandemia da Covid-19.

Para maiores informações, vide nota explicativa 9.f do ITR do 1T21.



000032

1T21 - Renegociados

Renegociados COVID - 1T21

Rating	Empresas	Empresas	Varejo	Total	%
AA		120,5		120,5	11,5%
A		111,6	5,5	117,1	11,1%
B		425,5	62,2	487,7	46,4%
C		54,6	130,9	185,5	17,7%
D		25,2	59,1	84,3	8,0%
E		10,0	7,1	17,1	1,6%
F		5,5	3,4	8,9	0,8%
G		2,4	2,2	4,6	0,4%
H		18,5	6,3	24,8	2,4%
Total		773,8	276,7	1.050,5	100,0%

No 1T21 o saldo de operações renegociadas foi de R\$ 2,8 bilhões, que inclui R\$ 1,1 bilhões referentes à operações renegociadas em função das circunstâncias envolvendo a pandemia da Covid-19.

4T20 - Renegociados

COVID - 4T20

Rating	Empresas	Varejo	Total	%
AA	272,7	0,0	272,7	20,0%
A	123,0	7,3	130,3	9,6%
B	508,3	80,4	588,7	43,2%
C	66,0	156,3	222,3	16,3%
D	30,3	72,1	102,4	7,5%
E	12,0	6,0	18,0	1,3%
F	1,9	2,1	4,0	0,3%
G	0,5	1,6	2,1	0,2%
H	19,4	2,7	22,1	1,6%
Total	1.034,1	328,5	1.362,6	100,0%

No 4T20 o saldo de operações renegociadas foi de R\$ 2,9 bilhões, que inclui R\$ 1,3 bilhões referentes à operações renegociadas em função das circunstâncias envolvendo a pandemia da Covid-19.

000031

Qualidade Carteira de Crédito Ampliada (R\$ milhões)	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
Carteira de Crédito Ampliada	37.133,9	36.629,3	1,4%	26.177,7	41,9%
Constituição de Provisão(*)	101,6	200,1	-49,2%	158,5	-35,9%
Saldo da PDD	1.591,3	1.579,5	0,7%	1.413,5	12,6%
Saldo da carteira E-H	942,5	916,9	2,8%	841,9	11,9%
Créditos Vencidos há mais de 14 dias	285,0	278,0	2,5%	305,8	-6,8%
Créditos Vencidos há mais de 60 dias (*)	709,9	755,6	-6,0%	546,5	29,9%
Créditos Vencidos há mais de 90 dias (*)	611,1	607,6	0,6%	421,4	45,0%
Índices sobre carteira total - (%)					
Saldo da PDD/Carteira de Crédito	4,3%	4,3%	0,0 p.p	5,4%	-1,1 p.p
Saldo da Carteira E-H/Carteira de Crédito	2,5%	2,5%	0,0 p.p	3,2%	-0,7 p.p
Créditos Vencidos há mais de 60 dias / Carteira de Crédito	1,9%	2,1%	-0,2 p.p	2,1%	-0,2 p.p
Créditos Vencidos há mais de 90 dias / Carteira de Crédito	1,6%	1,7%	-0,1 p.p	1,6%	-
Índices de Cobertura - (%)					
Saldo da PDD / Créditos Vencidos há mais de 14 dias	558,4%	568,2%	-9,8 p.p	462,2%	96,2 p.p
Saldo da PDD / Créditos Vencidos há mais de 60 dias	224,2%	209,0%	15,2 p.p	258,6%	-34,5 p.p
Saldo da PDD / Créditos Vencidos há mais de 90 dias	260,4%	260,0%	0,4 p.p	335,4%	-75,0 p.p
Saldo da PDD / Carteira E-H	168,8%	172,3%	-3,5 p.p	167,9%	0,8 p.p
Baixa para prejuízo	(90,2)	(86,3)	4,5%	(78,6)	14,8%
Créditos recuperados Empresas	21,6	31,4	-31,2%	9,0	n.a.
Créditos recuperados Varejo	13,0	13,5	-3,7%	10,7	21,5%

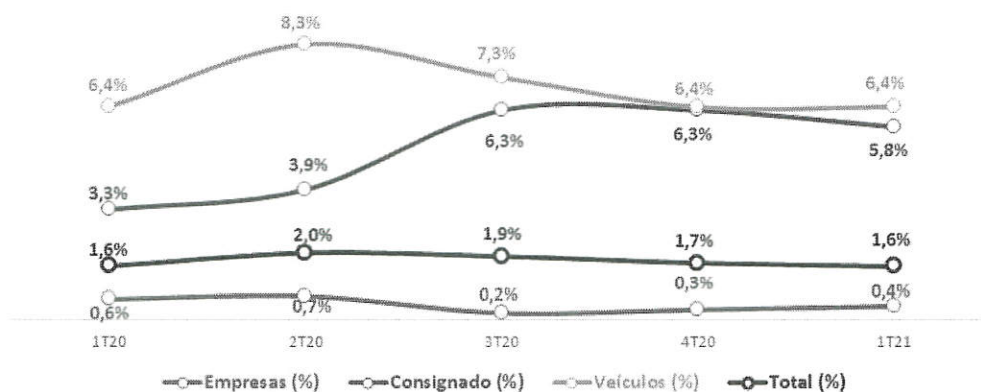
(*) inclusive parcelas vincendas.

O saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa encerrou o 1T21 com R\$ 1.591,3 milhões, estável em relação ao 4T20.

Créditos Vencidos há mais de 90 dias

O índice de inadimplência superior a 90 dias atingiu 1,6% no 1T21, redução de 0,1 p.p. em comparação ao 4T20. A redução foi registrada no segmento de consignado que vinha sendo pressionado nos últimos trimestres. Nossos indicadores de qualidade permanecem em patamares confortáveis.

Índice de Inadimplência | 90 dias



000035

Créditos Vencidos há mais de 14 e há mais de 60 dias

Os crédito vencidos há mais de 14 dias cresceram 2,5% durante o trimestre, porém apresentaram queda de 6,8% em comparação ao 1T20. Parte desse desempenho é decorrente da melhora dos novos entrantes. Os Créditos Vencidos há mais de 60 dias encerraram o 1T21 com queda de 6,0% versus o 4T20, demonstrando uma possível melhora de indicadores no próximo trimestre.

Índice de Cobertura

O índice de cobertura há mais de 90 dias alcançou 260,4% no 1T21, demonstrando solidez do balanço, tendo em vista a conjuntura macroeconômica atual.

O saldo da carteira E-H encerrou o 1T21 em R\$ 942,5 milhões, 2,8% acima em relação ao 4T20 e 11,9% superior se comparado ao mesmo período do ano anterior. O índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa dividido pela Carteira E-H, atingiu 168,8%, redução de 3,5 p.p. em relação ao 4T20. O elevado índice demonstra que o nível de provisionamento em relação à carteira de crédito reflete a melhora na qualidade de nossas operações e o constante aperfeiçoamento dos modelos utilizados.

Movimentação da PDD

PDD (R\$ MM)	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
Saldo Inicial	1.579,5	1.466,4	7,7%	1.319,5	19,7%
Constituição de Provisão	101,6	200,1	-49,2%	158,5	-35,9%
Empresas	7,8	10,4	-25,0%	20,0	-61,0%
FGI PEAC	14,2	96,3	-85,3%	-	n.a.
Avais e Fianças	(0,5)	14,7	n.a.	5,1	n.a.
Consignado	61,4	78,5	-21,8%	70,4	-12,8%
Veículos/Outros	18,9	0,3	n.a.	76,0	-75,1%
C.G.I.	0,2	(0,8)	n.a.	1,1	-81,8%
Variação cambial	(0,4)	0,7	n.a.	(14,1)	-97,2%
Baixa para Prejuízo	(90,2)	(86,3)	4,5%	(78,6)	14,8%
Empresas	(14,9)	(20,5)	-27,3%	(33,2)	-55,1%
Varejo	(75,3)	(65,8)	14,4%	(45,4)	65,9%
Saldo Final PDD	1.591,3	1.579,5	0,7%	1.413,5	12,6%

O montante baixado para prejuízo foi de R\$ 90,2 milhões durante o 1T21 e de R\$ 86,3 milhões no 4T20. O total de créditos recuperados no trimestre foi de R\$ 34,6 milhões versus R\$ 19,7 milhões no 1T20.

00003



NLPs por Segmento

Qualidade Carteira Empresas (R\$ milhões)	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
Créditos Vencidos há mais de 14 dias	79,1	76,3	3,7%	150,3	-47,4%
Créditos Vencidos há mais de 60 dias (*)	120,8	92,5	30,6%	155,8	-22,5%
Créditos Vencidos há mais de 90 dias (*)	100,8	75,0	34,5%	104,5	-3,5%
Índices sobre carteira Empresas (%)					
Saldo de PDD/Crédito Empresas (%)	3,2%	3,2%	0,0 p.p	4,6%	-1,4 p.p
Créditos Vencidos há mais de 14 dias / Carteira Empresas	0,3%	0,3%	0,0 p.p	0,8%	-0,5 p.p
Créditos Vencidos há mais de 60 dias / Carteira Empresas	0,4%	0,3%	0,1 p.p	0,9%	-0,5 p.p
Créditos Vencidos há mais de 90 dias / Carteira Empresas	0,4%	0,3%	0,1 p.p	0,6%	-0,2 p.p
Índices de Cobertura (%)					
Saldo PDD / Créditos Vencidos há mais de 60 dias	741,3%	961,1%	-219,8 p.p	526,6%	214,7 p.p
Saldo PDD / Créditos Vencidos há mais de 90 dias	888,1%	1185,3%	-297,2 p.p	785,1%	103,0 p.p

(*) inclusive parcelas vincendas.

Qualidade Carteira Consignado (R\$ milhões)	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
Créditos Vencidos há mais de 14 dias	169,4	166,6	1,7%	115,8	46,3%
Créditos Vencidos há mais de 60 dias (*)	481,1	556,4	-13,5%	269,5	78,5%
Créditos Vencidos há mais de 90 dias (*)	432,7	455,8	-5,1%	235,6	83,6%
Índices sobre carteira Consignado - (%)					
Saldo de PDD/Carteira de Consignado (%)	7,3%	7,5%	-0,2 p.p	5,8%	1,5 p.p
Créditos Vencidos há mais de 14 dias / Carteira Consignado	2,3%	2,3%	0,0 p.p	1,6%	0,5 p.p
Créditos Vencidos há mais de 60 dias / Carteira Consignado	6,4%	7,7%	-1,3 p.p	3,8%	2,7 p.p
Créditos Vencidos há mais de 90 dias / Carteira Consignado	5,8%	6,3%	-0,5 p.p	3,3%	2,5 p.p
Índices de Cobertura (%)					
Saldo PDD / Créditos Vencidos há mais de 60 dias	114,1%	97,6%	16,5 p.p	154,6%	-40,4 p.p
Saldo PDD / Créditos Vencidos há mais de 90 dias	126,9%	119,2%	7,7 p.p	176,8%	-49,8 p.p

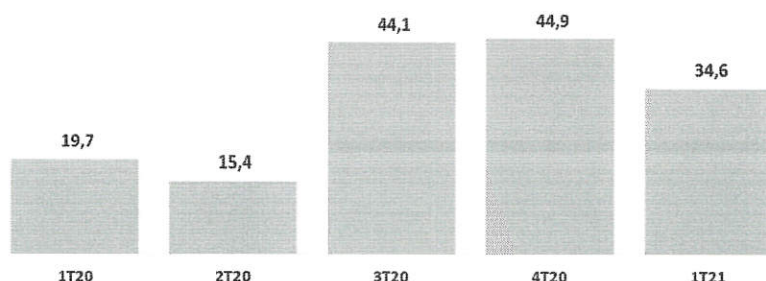
(*) inclusive parcelas vincendas.

Qualidade Carteira Veículos + Outros (R\$ milhões)	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
Créditos Vencidos há mais de 14 dias	36,1	34,7	4,0%	39,2	-7,9%
Créditos Vencidos há mais de 60 dias (*)	104,1	102,9	1,2%	116,2	-10,4%
Créditos Vencidos há mais de 90 dias (*)	74,2	73,4	1,1%	77,4	-4,1%
Índices sobre carteira Veículos + Outros - (%)					
Saldo de PDD/Carteira de Veículos + Outros (%)	12,3%	12,5%	-0,2 p.p	14,3%	-2,0 p.p
Créditos Vencidos há mais de 14 dias / Carteira Veículos + Outros	3,1%	3,0%	0,1 p.p	3,2%	-0,1 p.p
Créditos Vencidos há mais de 60 dias / Carteira Veículos + Outros	9,0%	9,0%	0,0 p.p	9,6%	-0,6 p.p
Créditos Vencidos há mais de 90 dias / Carteira Veículos + Outros	6,4%	6,4%	0,0 p.p	6,4%	0,0 p.p
Índices de Cobertura (%)					
Saldo PDD / Créditos Vencidos há mais de 60 dias	136,9%	139,4%	-2,5 p.p	148,5%	-11,6 p.p
Saldo PDD / Créditos Vencidos há mais de 90 dias	192,1%	195,4%	-3,3 p.p	222,9%	-30,8 p.p

(*) inclusive parcelas vincendas.

Créditos Recuperados

R\$ milhões



000035

Desempenho Financeiro

Resultado Bruto da Intermediação Financeira (R\$ MM)	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
Operações de Crédito	1.229,8	1.155,4	6,4%	1.149,7	7,0%
Empresas	702,7	619,2	13,5%	602,1	16,7%
Consignado	400,1	402,4	-0,6%	423,4	-5,5%
Veículos/Outros	83,6	85,8	-2,6%	84,8	-1,4%
C.G.I	0,1	0,2	-50,0%	0,1	0,0%
Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil	43,3	47,8	-9,4%	39,3	10,2%
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	37,5	26,8	39,9%	55,6	-32,6%
Resultado com Derivativos ⁽¹⁾	754,2	(624,4)	n.a.	1.295,6	-41,8%
Operações Compromissadas e dep. Interfinanceiros	16,3	9,9	64,6%	29,8	-45,3%
Resultado de Operações de Câmbio	(46,1)	90,4	n.a.	45,1	n.a.
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0,8	(0,1)	n.a.	1,0	-20,0%
Receitas da Intermediação Financeira (A)	1.992,5	658,0	202,8%	2.576,8	-22,7%
Despesas com Operações de Captação no Mercado ⁽²⁾	(406,7)	(0,4)	n.a.	(705,2)	-42,3%
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	(412,2)	300,0	n.a.	(832,8)	-50,5%
Provisão para Perdas com Créditos (PDD)	(101,6)	(200,1)	-49,2%	(158,4)	-35,9%
Despesas da Intermediação Financeira (B)	(920,5)	99,5	n.a.	(1.696,4)	-45,7%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira (A-B)	1.072,0	757,5	41,5%	880,4	21,8%
Hedge MTM - Captações Exterior e Operações de Crédito	148,2	(127,8)	n.a.	133,8	10,8%
Resultado Bruto da Interm. Financeira Ajustado	923,8	885,3	4,3%	746,6	23,7%
⁽¹⁾ Resultado com derivativos (Hedge)	791,7	(559,0)		1.279,5	
⁽²⁾ Variação Cambial s/ Emissões no Exterior	(225,3)	216,6		504,0	
⁽³⁾ Variação Cambial s/ Empréstimos no exterior	(325,8)	301,9		860,1	

No 1T21 as receitas de operações de crédito atingiram R\$ 1.229,8 milhões, 6,4% acima do 4T20 e 7,0% superior aos últimos 12 meses motivadas pela manutenção das margens e crescimento da carteira de crédito.

A linha de operações de crédito para Empresas encerrou o 1T21 com receita de R\$ 702,7 milhões, alta de 13,5% no trimestre e aumento de 16,7% versus 1T20, motivadas pelo crescimento ocorrido durante o ano de 2020. A linha de Consignado encerrou o trimestre com receita de R\$ 400,1 milhões, praticamente estável em relação ao trimestre passado. A linha de veículos encerrou o 1T21 com saldo de R\$ 83,6 milhões, queda de 2,6% durante o trimestre.

O resultado de operações de Arrendamento Mercantil encerrou o trimestre com saldo de R\$ 43,3 milhões, redução de 9,4% se comparadas ao 4T20 e crescimento de 10,2% nos últimos 12 meses.

As despesas com operações de captação no mercado e de empréstimos e repasses foram de R\$ 812,9 milhões no trimestre.

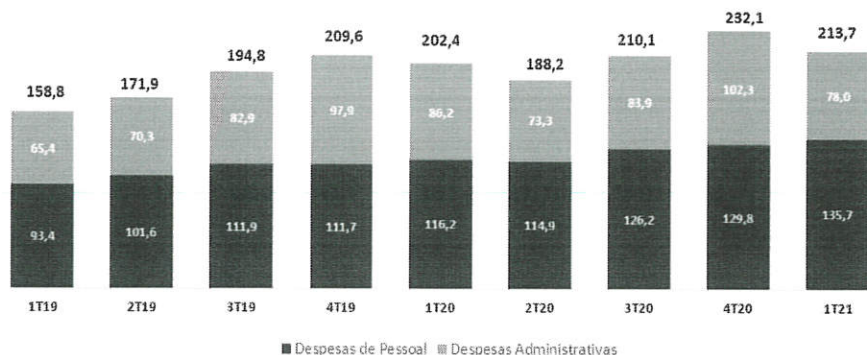
O Resultado Bruto da Intermediação Financeira encerrou o trimestre com saldo de R\$ 1.072,0 milhões. Excluindo-se o efeito do ajuste do MTM do hedge das emissões externas e operações de crédito, o resultado bruto da intermediação financeira ajustado foi de R\$ 923,8 milhões no 1T21.

O resultado com derivativos foi de R\$ 754,2 milhões positivo no 1T21, incluindo R\$ 791,7 milhões positivo do hedge. Excluindo este último efeito, o resultado com derivativos foi de R\$ 37,5 milhões negativo no 1T21 versus R\$ 64,5 milhões negativo no 4T20.

000036

Despesas de Pessoal e Administrativas

R\$ milhões



Despesas de Pessoal e Administrativas (R\$ MM)	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
Despesas de Pessoal	(135,7)	(129,8)	4,5%	(116,2)	16,8%
Despesas Administrativas	(78,0)	(102,3)	-23,8%	(86,2)	-9,5%
Despesas de Pessoal e Administrativas	(213,7)	(232,1)	-7,9%	(202,4)	5,6%
Despesas de Comissões (Total)	(64,6)	(65,8)	-1,8%	(62,4)	3,5%
Consignado	(54,4)	(55,0)	-1,1%	(49,0)	11,0%
Veículos + Outros	(10,0)	(10,6)	-5,7%	(13,3)	-24,8%
CGI	(0,2)	(0,2)	-	(0,1)	100,0%
Total	(278,3)	(297,9)	-6,6%	(264,8)	5,1%
Índice de Eficiência Recorrente (%)	25,6%	25,8%	-0,2 p.p	27,3%	-1,7 p.p
Índice de Eficiência Recorrente considerando PPR/PLR (%)	29,1%	30,1%	-1,0 p.p	30,4%	-1,3 p.p

As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 278,3 milhões no trimestre, redução de 6,6% no período. No 1T21, as despesas administrativas tiveram queda de 23,8%, devido a pagamentos de doações e patrocínios no montante de R\$ 15,4 milhões no 4T20.

No 1T21 as despesas de Comissões encerraram o trimestre praticamente estáveis, em linha com a carteira de crédito.

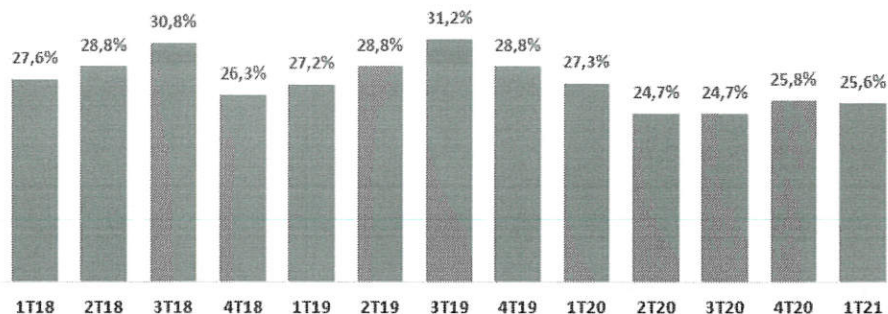
000037

Índice de Eficiência Recorrente

25,6% no 1T21

-0,2 p.p em 3 meses

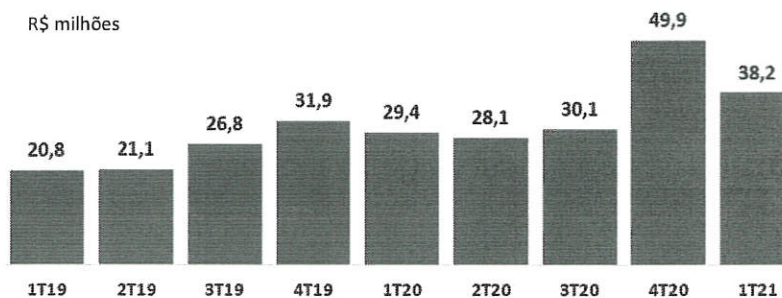
-1,7 p.p em 12 meses



Índice de Eficiência Recorrente (R\$ MM)	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
(+) Despesas de Pessoal	(135,7)	(129,8)	4,5%	(116,2)	16,8%
(+) Despesas de Administrativas	(78,0)	(102,3)	-23,8%	(86,2)	-9,5%
(+) Despesas de Comissões	(64,6)	(65,8)	-1,8%	(62,4)	3,5%
Total de despesas (A)	(278,3)	(297,9)	-6,6%	(264,8)	5,1%
(+) Res. da Intermediação Financeira Recorrente (-) PDD	1.025,4	1.085,5	-5,5%	904,9	13,3%
(+) Receitas de Prestação de Serviços	60,8	68,6	-11,4%	63,4	-4,1%
Total (B)	1.086,2	1.154,1	-5,9%	968,3	12,2%
Índice de Eficiência Recorrente (A/B) (%)	25,6%	25,8%	-0,2 p.p	27,3%	-1,7 p.p
PPR/PLR	(38,2)	(49,9)	-23,4%	(29,4)	29,9%
Índice de Eficiência Recorrente considerando PPR/PLR (%)	29,1%	30,1%	-1,0 p.p	30,4%	-1,3 p.p

Programa de Participação nos Resultados (PPR) e Participação nos Lucros

As despesas relacionadas à provisão para pagamentos de PPR e PLR totalizaram R\$ 38,2 milhões no 1T21 versus R\$ 29,4 milhões no 1T20.



000036

Anexo I – Demonstração do Resultado – em R\$ mil

Demonstração do Resultado	1T21	4T20	Δ	1T20	Δ
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.992,5	658,1	n.a.	2.576,9	-22,7%
Carteira de crédito	1.229,8	1.155,4	6,4%	1.149,7	7,0%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	791,7	(597,5)	n.a.	1.351,2	-41,4%
Operações compromissadas e depósitos interfinanceiros	16,3	9,9	64,6%	29,8	-45,3%
Câmbio	(46,1)	90,4	n.a.	45,2	n.a.
Venda ou de transferência de ativos financeiros	0,8	(0,1)	n.a.	1,0	-20,0%
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(818,9)	299,5	n.a.	(1.538,1)	-46,8%
Depósitos interfinanceiros e a prazo	(70,1)	(68,3)	2,6%	(77,6)	-9,7%
Emissões de títulos no Brasil e no exterior	(336,6)	67,8	n.a.	(627,7)	-46,4%
Obrigações por empréstimos e repasses	(412,2)	300,0	n.a.	(832,8)	-50,5%
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.173,6	957,6	22,6%	1.038,8	13,0%
DESPESAS COM PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(101,6)	(200,0)	-49,2%	(158,4)	-35,9%
Carteira de crédito	(100,5)	(140,8)	-28,6%	(139,3)	-27,9%
Outros créditos	(1,6)	(44,6)	-96,4%	(14,0)	-88,6%
Avais e fianças	0,5	(14,6)	n.a.	(5,1)	n.a.
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.072,0	757,6	41,5%	880,4	21,8%
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(261,1)	(329,3)	-20,7%	(238,5)	9,5%
Receitas de prestação de serviços	60,8	68,6	-11,4%	63,4	-4,1%
Despesas de pessoal	(135,7)	(129,8)	4,5%	(116,2)	16,8%
Outras despesas administrativas	(142,6)	(168,2)	-15,2%	(148,6)	-4,0%
Despesas tributárias	(57,4)	(57,9)	-0,9%	(53,2)	7,9%
Outras receitas e despesas operacionais	16,6	(30,1)	n.a.	38,6	-57,0%
Despesas de depreciação e amortização	(2,9)	(2,9)	-	(2,8)	3,6%
Resultado de operações com seguros	-	-	-	0,1	-100,0%
Despesas com provisões para riscos	0,1	(9,0)	n.a.	(19,8)	n.a.
RESULTADO OPERACIONAL	810,9	428,3	89,3%	641,9	26,3%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1,7	2,0	-15,0%	(1,4)	n.a.
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	812,6	430,3	88,8%	640,5	26,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(337,7)	(141,1)	n.a.	(215,2)	56,9%
Provisão para Imposto de Renda	(180,3)	(56,0)	n.a.	(96,4)	87,0%
Provisão para Contribuição Social	(147,9)	(66,2)	n.a.	(63,8)	n.a.
Ativo Fiscal Diferido	(9,5)	(18,9)	-49,7%	(55,0)	-82,7%
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(38,2)	(49,8)	-23,3%	(29,4)	29,9%
LUCRO LÍQUIDO	436,7	239,4	82,4%	395,9	10,3%

000065



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300524110	CNPJ 62.232.889/0001-90	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 232.092/20-5	DATA DO ARQUIVAMENTO 06/07/2020

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 14/07/2020	HORA DE EXPEDIÇÃO 11:35:25	CÓDIGO DE CONTROLE 136647297
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 14/07/2020 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – GISELA SIMIEMA CESCHIN, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.

000040



Certifico o registro sob o nº 232.092/20-5 em 06/07/2020 da empresa BANCO DAYCOVAL S.A., NIRE nº 35300524110, protocolado sob o nº 0383434208. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/07/2020 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 136647297. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

JUCESP PROTOCOLO
0.383.434/20-8

CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
027659652-8



DADOS CADASTRAIS

ATO Alteração de Outras Cláusulas Contratuais/Estatutárias; Consolidação da Matriz; Re - ratificação - Outros;				JUI S N	
NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.			PORTE Normal		★ 24
LOGRADOURO Avenida Paulista		NÚMERO 1793	COMPLEMENTO	CEP 01311-200	
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL		
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 62.232.889/0001-90	NIRE - SEDE 3530052411-0		PROT	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO/CAPA NOME: MARIA REGINA RODRIGUES MACIEL NOGUEIRA (Diretor) ASSINATURA:				VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 372,74 DARF: R\$,00	SEQ. DOC. 1 / 1
DATA: 10/06/2020					

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

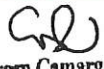
CARIMBO PROTOCOLO JUCESP SEDE Nº 19 ★ 24 JUN 2020 ★ PROTOCOLO	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 2102 (141610)	CARIMBO ANÁLISE 02 JUL 2020 DEFERIDO Glaucia Manna dos Santos Vogal RG 27.822.207-9
ANEXOS: () DBE () Procuração () Alvará Judicial () Formal de Partilha () Balanço Patrimonial () Outros EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE () Documentos Pessoais () Laudo de Avaliação () Jornal () Protocolo / Justificação () Certidão		ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO JUCESP 06 JUL 2020 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP CENTRO DE REGISTRO SOB O NÚMERO 232.092/20-5 GISELA SIMIEMA CESCHIN SECRETÁRIA GERAL JUCESP
OBSERVAÇÕES:		

000041

VIDE PROT

923005
05 70 80

À Turma de Vogal que couber,
trata-se de pendência administrativa/judicial
que, a.m.j., não impede(m) o(s) ato(s)
pretendido(s) desde que em boa ordem
quanto às demais formalidades técnicas
de análise exigíveis para o ato.


Vanessa Anderson Camargo
Assessoria da Presidência
R.G.: 44.656.942-2

26.06.2020

SETOR DE REGISTRO
(ATIVIDADES)

☐ TRIAR _____

☐ DEFERIR DBE _____

☐ ETIQUETAR _____

☐ PERFURAR _____

☐ DEPARAR VIA _____

FE

000042

ACE
5/3/2022

JUCESP
06 07 20



BANCO DAYCOVAL S.A.

CNPJ nº 62.232.889/0001-90
NIRE 35300524110

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM
30.04.2020**

DATA:

30 de abril de 2020, às 11:30 horas.

LOCAL:

Sede social do Banco Daycoval S.A. ("Companhia"), na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP.

PRESENÇA:

Acionistas representando 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social e das ações com direito a voto de emissão da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.

MESA:

Presidente: Sasson Dayan.

Secretário: Morris Dayan.

ORDEM DO DIA:

1. Deliberar sobre a rerratificação das deliberações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2020;
2. Reformar e consolidar o Estatuto Social para refletir a deliberação acima.

DELIBERAÇÕES:

Após os debates, foram aprovadas por unanimidade, as seguintes deliberações:

A CP

000043

JUCESP
06 07 20

1. Em virtude do cancelamento do nosso pedido de conversão do registro do Banco como emissor de valores mobiliários da categoria "B" para categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários, retificar a redação da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2020, a fim de tornar sem efeito as deliberações aprovadas nos itens 3 e 4 daquele conclave, que trataram sobre adequação da redação de artigos do estatuto social relacionados à conversão de categoria de emissor de valores mobiliários e à adesão ao Nível 2.

- 1.1. Retificar ainda, a deliberação aprovada no item 5 da referida Assembleia, para fazer constar apenas a alteração dos artigos 6º e 8º Estatuto, os quais passaram a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 6º - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$3.557.259.798,92 (três bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), dividido em 1.890.672.918 (um bilhão, oitocentas e noventa milhões, seiscentas e setenta e duas mil, novecentas e dezoito) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 1.323.471.042 (um bilhão, trezentas e vinte e três milhões, quatrocentas e setenta e uma mil e quarenta e duas) ações ordinárias e 567.201.876 (quinhentas e sessenta e sete milhões, duzentas e uma mil, oitocentas e setenta e seis) ações preferenciais.

Artigo 8º - A Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até 3.000.000.000 (três bilhões) de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei.

- 1.2. Permanecem ratificadas e inalteradas as demais deliberações aprovadas naquela Assembleia.
2. Para efeito de arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, o Estatuto Social, devidamente consolidado, é apensado ao final da presente ata.

Handwritten signature

000045

JUCESP
06 07 20

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a palavra foi oferecida a todos que dela quisessem fazer uso e, ninguém se manifestando, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e, estando em conformidade, foi assinada por todos os presentes.

41

São Paulo, 30 de abril de 2020.

Assinaturas:

Presidente: Sasson Dayan

Secretário: Morris Dayan

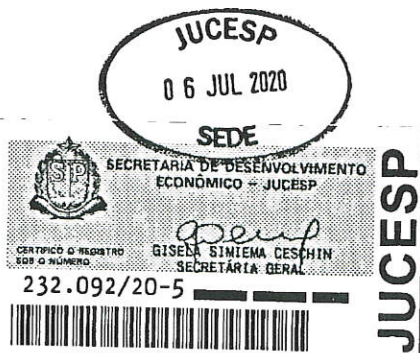
Acionistas: **SASSON DAYAN;**
SALIM DAYAN;
MORRIS DAYAN;
CARLOS MOCHE DAYAN;
RONY DAYAN.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


SASSON DAYAN
Presidente


MORRIS DAYAN
Secretário

AGE de 30.04.2020 às 11:30hs.



000045

JUCESP
06 07 20

1

BANCO DAYCOVAL S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º

BANCO DAYCOVAL S.A. (a "Sociedade" ou "Companhia") é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º

A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria: (i) alterar o endereço da sede, desde que dentro do mesmo município; (ii) instalar, alterar o endereço e suprimir agências, filiais, representações, escritórios, sucursais e outras dependências em qualquer localidade do Brasil ou do Exterior; bem como (iii) nomear representantes ou correspondentes, respeitadas as prescrições legais e normas do Banco Central do Brasil.

Artigo 3º

A Sociedade tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, investimento e de crédito, financiamento e investimento), inclusive câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Artigo 4º

É vedado à Sociedade adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de 01 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até duas vezes, a critério do Banco Central do Brasil.

Artigo 5º

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.



000046

CAPÍTULO II

CAPITAL E AÇÕES

Artigo 6º

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$3.557.259.798,92** (três bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), dividido em **1.890.672.918** (um bilhão, oitocentas e noventa milhões, seiscentas e setenta e duas mil, novecentas e dezoito) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo **1.323.471.042** (um bilhão, trezentas e vinte e três milhões, quatrocentas e setenta e uma mil e quarenta e duas) ações ordinárias e **567.201.876** (quinhentas e sessenta e sete milhões, duzentas e uma mil, oitocentas e setenta e seis) ações preferenciais.

Parágrafo 1º - Todas as ações da Sociedade são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Parágrafo 2º - Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Sociedade.

Artigo 7º

Cada ação ordinária dará direito a 01 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro – As ações preferenciais emitidas pela Sociedade asseguram a seus titulares as seguintes vantagens: (a) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade.

Parágrafo Segundo - Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 01 (uma) ação ordinária para 01 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal, bem como a regulamentação vigente sobre transferência de controle. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.

Artigo 8º

A Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até 3.000.000.000 (três bilhões) de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei.

1

000047

Parágrafo 1º - O aumento de capital social será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão de ações, inclusive preço, prazo e forma de integralização. Em caso de aumento de capital decorrente da incorporação de reservas, segundo normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, a competência será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado, a Sociedade poderá emitir ações e bônus de subscrição.

Parágrafo 3º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), arts. 257 e 263, e dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo 4º - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, a Sociedade poderá estabelecer as condições e outorgar opção de compra de ações destinada a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade ou à sociedade sob seu controle.

CAPÍTULO III ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9º

A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Artigo 10º

Os Conselheiros e Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente, após homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil. Os Conselheiros poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral e os Diretores pelo Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a investidura de seus sucessores.

Parágrafo Único - Vencido o prazo de seus mandatos, os Conselheiros e os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, caso não tenham sido eles próprios reeleitos.

1

000040

Artigo 11º

Observado o disposto no Artigo 10 acima, a posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os administradores deverão, imediatamente após a posse no cargo, comunicar à CVM a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Artigo 12º

A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Sociedade, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre sua distribuição.

SEÇÃO I**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Artigo 13º**

O Conselho de Administração é órgão colegiado, composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 10 (dez) membros, eleitos pela Assembleia Geral, que indicará dentre eles o Presidente, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral determinará pelo voto da maioria absoluta, não se computando os votos em branco, previamente à sua eleição, o número de cargos do Conselho de Administração a serem preenchidos em cada mandato unificado de dois anos.

Parágrafo 2º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Nível 2, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger. Quando a aplicação do percentual anteriormente mencionado resultar em número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, se a fração for igual ou superior a 0,5; ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5.

Parágrafo 3º - Para fins deste Estatuto Social, considera-se Conselheiro Independente aquele que: (i) não tiver qualquer vínculo com a Sociedade, exceto participação no capital social; (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado à Sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não tiver sido, nos últimos três anos, empregado ou Diretor da Sociedade, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Sociedade; (iv) não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (v) não



000849

é funcionário ou administrador de Sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Sociedade; e (vii) não receber outra remuneração da Sociedade além da de Conselheiro (excluem-se desta restrição proventos em dinheiro oriundos de participação no capital). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito mediante faculdade prevista nos parágrafos 4º e 5º do Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º - O Presidente do Conselho de Administração, em suas ausências ou impedimentos temporários, será substituído pelo Conselheiro que ele próprio designar.

Parágrafo 5º - No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, será convocada a Assembleia Geral no prazo de 30 (trinta) dias, para escolher o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído.

Parágrafo 6º - Em caso de vacância em outro cargo do Conselho de Administração, o seu Presidente designará o substituto, observados os preceitos legais e deste Estatuto Social, que servirá até a primeira Assembleia Geral que eleger novos Conselheiros.

Parágrafo 7º - Nos casos de impedimento temporário ou ausência, os Conselheiros serão substituídos entre si, por indicação do Presidente.

Parágrafo 8º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de principal executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 14º

O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação do seu Presidente ou de qualquer um de seus membros, e independente de convocação se todos os seus membros estiverem presentes, instalando-se e deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Nas deliberações do Conselho de Administração, o Presidente terá também o voto de qualidade.

Parágrafo 3º - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas, assinadas por todos os membros presentes, devendo ser publicadas as que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 15º

Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei:

a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e criar mecanismos internos para verificação do cumprimento de suas determinações;

1 000030

- b) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, da Assembleia Geral Extraordinária;
- c) eleger e destituir Diretores e fixar-lhes as funções;
- d) aprovar a estrutura organizacional da Sociedade;
- e) deliberar, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes no balanço semestral ou anual;
- f) deliberar, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre pagamento ou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação aplicável;
- g) aprovar políticas e estratégias operacionais, planos e orçamentos semestrais, anuais ou plurianuais para operações, investimentos e atividades administrativas;
- h) manifestar-se sobre os relatórios da administração e as contas da Diretoria;
- i) deliberar sobre emissão de ações ou de bônus de subscrição;
- j) propor o aumento de capital à Assembleia Geral Ordinária e à Assembleia Geral Extraordinária, quando conveniente, pela incorporação de reservas ou por emissão e subscrição de ações;
- k) deliberar sobre os casos extraordinários ou omissos, orientando-se por este Estatuto Social e pela legislação vigente;
- l) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, quando fixada de forma global pela Assembleia Geral;
- m) escolher e destituir os auditores independentes;
- n) submeter à Assembleia Geral proposta de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, bem como de reforma do Estatuto Social;
- o) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- p) nomear e destituir os membros do Comitê de Auditoria;
- q) aprovar as regras operacionais que o Comitê de Auditoria vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê através de seus relatórios;
- r) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria;
- s) nomear e destituir os membros do Comitê de Remuneração;
- t) aprovar as regras operacionais que o Comitê de Remuneração vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê de Remuneração; e
- u) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Remuneração.

1 A

000051

Artigo 16º

Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais;
- b) convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; e
- c) diligenciar para que sejam cumpridas as resoluções do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais.

SEÇÃO II

DIRETORIA

Artigo 17º

A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 04 (quatro) e, no máximo, 20 (vinte) Diretores, sendo de 03 (três) a 05 (cinco) Diretores Executivos e até 15 (quinze) Diretores sem designação especial, destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva terá suas atribuições definidas neste Estatuto Social e as conferidas em reunião do Conselho de Administração, permitida a acumulação de funções por um mesmo Diretor.

Parágrafo 2º - Dentre os membros da Diretoria, deverá ser nomeado um Diretor de Relações com Investidores.

Parágrafo 3º - Nos casos de impedimentos ou ausências temporárias de qualquer um dos Diretores, os remanescentes escolherão, dentre si, o substituto que exercerá as funções do substituído cumulativamente.

Parágrafo 4º - Nos casos de renúncia, morte, ou impedimento definitivo de qualquer Diretor, e se houver necessidade de substituição, competirá ao Conselho de Administração eleger um novo Diretor para completar o mandato do Diretor substituído.

Artigo 18º

A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação de quaisquer de seus Diretores Executivos.

1 000050

Parágrafo 1º - As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes, devendo, em qualquer hipótese, contar com o voto favorável de pelo menos 2 (dois) Diretores Executivos.

Parágrafo 2º - As deliberações referentes à matéria constante do item "c" do Artigo 19 poderão ser tomadas em reunião de Diretoria com a presença de 2 (dois) Diretores, no mínimo, não sendo necessário o voto de Diretor Executivo.

Parágrafo 3º - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas e assinadas por todos os membros presentes, devendo ser publicadas e arquivadas no Registro do Comércio, as atas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 19º

Compete à Diretoria a direção dos negócios da Sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento, cabendo-lhe, além das atribuições legais:

- a) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto Social e as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- b) levantar balanços semestrais, elaborar e apresentar anualmente à Assembleia Geral Ordinária as demonstrações financeiras e o relatório de administração, bem como assiná-los e publicá-los;
- c) decidir sobre instalação, alteração do endereço ou supressão de filiais, agências, subsidiárias, unidades administrativas e outras dependências, no Brasil e no exterior, deliberando, inclusive, sobre aumento, destaque ou redução do capital das aludidas subsidiárias e/ou dependências;
- d) definir a política administrativa da Sociedade;
- e) deliberar sobre os investimentos, diretos ou indiretos, inclusive por intermédio de controladas e coligadas;
- f) conduzir os negócios e serviços da Sociedade dentro das áreas de atuação atribuídas a cada um de seus membros, particularmente quanto ao planejamento e desenvolvimento, administração, controles e atividades financeiras;
- g) designar e destituir o Ouvidor, nos termos do Capítulo VII abaixo; e
- h) instituir exceções adicionais às previstas no Parágrafo 3º do Artigo 23.

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

000055

Artigo 20º

Compete aos Diretores sem designação específica desempenhar as funções que lhes forem atribuídas pelos Diretores Executivos, podendo cada um, isoladamente, praticar apenas os atos de mera rotina e de correspondência não obrigacional da Sociedade.

Artigo 21º

Compete aos Diretores Executivos, agindo isoladamente:

- a) exercer as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração;
- b) cumprir as atribuições específicas que lhes forem outorgadas em reunião da Diretoria; e
- c) orientar as atividades dos Diretores sem designação específica.

Artigo 22º

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, representar a Sociedade perante os órgãos reguladores e demais instituições que atuem no mercado de valores mobiliários, cabendo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às bolsas de valores em que a Sociedade tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas pela Sociedade no mercado de valores mobiliários, no Brasil e no exterior.

Artigo 23º

A Sociedade será representada, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, por:

- a) 02 (dois) Diretores Executivos;
- b) 01 (um) Diretor Executivo e 01 (um) Diretor sem designação específica;
- c) 01 (um) Diretor Executivo e um procurador com poderes específicos para a prática do ato; ou
- d) 02 (dois) procuradores com poderes específicos para a prática do ato.

Parágrafo 1º - Dependerá sempre da assinatura de 02 (dois) Diretores Executivos, ou de 01 (um) Diretor Executivo em conjunto com 01 (um) Diretor sem designação específica, a prática dos seguintes atos:

- a) a alienação de bens do ativo permanente e a constituição ou cessão de direitos reais de garantia sobre tais bens;
- b) a prestação de outras garantias a favor de terceiros, observado o disposto no Parágrafo 2º desse Artigo; e

1 R

000052

c) a contratação de empréstimos, financiamentos e captação de recursos em valor igual ou superior a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Dólares dos Estados Unidos) ou seu equivalente em moeda nacional, no Brasil e no exterior, inclusive mediante emissão de Notas Promissórias, Letras Financeiras e quaisquer outros títulos e valores mobiliários, desde que não sejam linhas de crédito destinadas a fomentar importação ou exportação ou concedidos por agência, banco ou organismo internacional de fomento e desenvolvimento, os quais podem ser contratados por 02 (dois) procuradores com poderes específicos ou 01(um) procurador com poderes específicos em conjunto com 01 (um) Diretor Executivo.

Parágrafo 2º - Na concessão de avais, fianças e todas as demais garantias bancárias em favor de terceiros, a Sociedade será representada em conformidade com o disposto no *caput* deste Artigo 23.

Parágrafo 3º - Excepcionalmente, a Sociedade poderá ser representada por apenas um procurador ou um Diretor Executivo:

- a) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem na assunção ou renúncia de direitos e obrigações;
- b) nos mandatos com cláusula "ad judícia"; e
- c) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a sociedade participe.

Artigo 24º

Para a constituição de procurador a Sociedade será representada por 02 (dois) Diretores em conjunto, sendo necessariamente 1 (um) Diretor Executivo, devendo o respectivo instrumento de procuração ter prazo de vigência de até 02 (dois) anos e especificar todos os poderes, atos e operações que poderão ser praticados, observadas as limitações legais e estatutárias.

Parágrafo Único - Para a constituição de procurador com poderes de cláusula "ad judícia" o mandato não terá prazo limite de vigência.

Artigo 25º

É vedada a qualquer dos membros da Diretoria a prática de atos de liberalidade às custas da Sociedade, permitida a concessão de avais, fianças e outras garantias, em nome da Sociedade, desde que não contrariem seu objeto social.

Artigo 26º

A alienação ou a constituição de ônus sobre qualquer bem imóvel de uso do patrimônio da Sociedade dependerá de prévia autorização da Diretoria.

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

000053 *[Handwritten mark]*

CAPÍTULO IV CONSELHO FISCAL

Artigo 27º

A Sociedade terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente, podendo ser instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral a que for formulado o pedido de instalação do Conselho Fiscal elegerá os seus membros, fixando-lhes a respectiva remuneração, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo 2º - O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País.

Artigo 28º

As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos em lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Sociedade.

Parágrafo Único - Instalado o Conselho Fiscal, em caso de vacância ou de licença de Conselheiro por mais de 2 (dois) meses, será o cargo vacante ocupado pelo respectivo suplente, convocado pelo Presidente do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 29º

A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre os assuntos que lhe competem por lei e, extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas as prescrições legais que disciplinam a matéria.

Artigo 30º

A Assembleia Geral será convocada, instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que convidará um dos acionistas presentes para secretariar os trabalhos da mesa.

Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, as atividades mencionadas no "caput" deste artigo serão delegadas a um Conselheiro pelos demais membros do Conselho de Administração.

[Handwritten signature]

000050

Artigo 31º

As deliberações da Assembleia Geral ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 1º - É permitida a representação do acionista por procurador que seja acionista ou administrador da Sociedade, bem como advogado, desde que o instrumento respectivo tenha sido outorgado há menos de 01 (um) ano.

Parágrafo 2º - O acionista que se fizer representar por procurador deverá, nos 05 (cinco) dias que antecederem a Assembleia Geral, apresentar à Sociedade os documentos necessários ao exame do respectivo instrumento.

CAPÍTULO VI DO COMITÊ DE AUDITORIA E COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Artigo 32º

O Comitê de Auditoria será composto de, no mínimo, 03 (três) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo 1º - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Auditoria é indeterminado.

Parágrafo 2º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Auditoria:

- a) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas;
- b) recomendar, à administração da Sociedade, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- c) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- d) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- e) avaliar o cumprimento, pela administração da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;

[Handwritten signature]

000057

f) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

g) recomendar, à Diretoria da Sociedade, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;

h) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;

i) verificar, por ocasião das reuniões previstas na alínea "h", o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria da Sociedade;

j) reunir-se com o Conselho Fiscal, quando instalado, e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;

k) outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil.

Artigo 32º-A

O Comitê de Remuneração será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 06 (seis) integrantes, pessoas físicas residentes no país, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, que fixará sua remuneração.

Parágrafo 1º - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Remuneração é de 5 (cinco) anos, vedada a permanência de integrante no Comitê de Remuneração por prazo superior a 10 (dez) anos.

Parágrafo 2º - O Comitê de Remuneração deverá:

a) reportar-se diretamente ao Conselho de Administração;

b) ter na sua composição pelo menos um membro não administrador da Companhia;

c) ter na sua composição integrantes com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre política de remuneração da Sociedade, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos.

Parágrafo 3º - Cumprido o prazo máximo previsto no Parágrafo 1º acima, o integrante do Comitê de Remuneração somente pode voltar a integrar tal órgão da Sociedade após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos.

Parágrafo 4º - Nos casos de vaga por renúncia ou destituição em que o Comitê de Remuneração ficar reduzido a menos de 3 (três) membros, o Conselho de Administração deverá, tempestivamente, eleger um substituto, que servirá até o término do mandato do substituído.

1

000050

Parágrafo 5º - O Comitê de Remuneração se reunirá semestralmente, ou extraordinariamente mediante convocação de qualquer de seus membros, sendo certo que a reunião do Comitê de Remuneração só será validamente instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 6º - Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Remuneração:

- a) Elaborar a política de remuneração de administradores da Sociedade, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- b) Supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da Sociedade;
- c) Revisar anualmente a política de remuneração de administradores da Sociedade, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;
- d) Propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) Avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- f) Analisar a política de remuneração de administradores da Sociedade em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;
- g) Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da Sociedade e com o disposto na regulamentação vigente.

Parágrafo 7º - O Comitê de Remuneração elaborará, com periodicidade anual, no prazo de 90 (noventa) dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", o qual deverá ser mantido à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO VII OUVIDORIA

Artigo 33º

A Sociedade terá uma Ouvidoria, de funcionamento permanente, que atuará em nome de todas as instituições integrantes do conglomerado financeiro da Sociedade, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Instituições do Conglomerado"), com as seguintes atribuições:

000053

- a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das Instituições do Conglomerado;
- b) atuar como canal de comunicação entre as Instituições do Conglomerado e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e
- c) informar ao Conselho de Administração da Sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria.

Artigo 34º

As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades:

- a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;
- d) manter o Conselho de Administração da Sociedade, informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e
- e) elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

Artigo 35º

O Ouvidor será designado pela Diretoria mediante observância de que preencha as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, com mandato por prazo indeterminado.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor caso o mesmo descumpra as atribuições previstas nos artigos 33 e 34 ou substituí-lo, nos casos de impedimento ou ausência temporária.

Artigo 36º

Serão dadas à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

Q

l

000060

Artigo 37º

A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO VIII

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DESTINAÇÃO DOS LUCROS E DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

Artigo 38º

O exercício social inicia-se no dia 1º de janeiro e encerrar-se-á, cada ano, no dia 31 de dezembro. Ao final de cada exercício social, a Diretoria providenciará a elaboração das demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e regulamentares vigentes.

Artigo 39º

O balanço de todo o ativo e passivo, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 (trinta) de junho e 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Facultativamente, a critério da Diretoria, a Sociedade poderá levantar balanços intermediários, inclusive para distribuição de dividendos, no último dia útil de cada mês, desde que observadas as prescrições legais.

Artigo 40º

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões legais.

Artigo 41º

O lucro líquido apurado em cada exercício social, após as deduções referidas no artigo 41 acima, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- 5% (cinco por cento) destinados à Reserva Legal, que não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório;
- importância destinada à formação de reservas para contingências e de reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e

Handwritten signature

000061

JUCESP
06 07 20

17

d) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados.

Artigo 42º

O saldo remanescente do lucro líquido ajustado na forma do artigo 41 poderá, por proposta do Conselho de Administração, “ad referendum” da Assembleia Geral, ser 100% (cem por cento) destinado à Reserva de Lucros – Estatutária, visando assegurar a manutenção de adequadas condições operacionais à Sociedade. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social integralizado.

Parágrafo Único - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas neste artigo 42 e no artigo 41 deverá ser distribuída como dividendos.

Artigo 43º

O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros ou reservas.

Parágrafo 1º - Os dividendos declarados pelo Conselho de Administração serão colocados à disposição dos acionistas no prazo de 60 (sessenta) dias da data da publicação da respectiva ata.

Parágrafo 2º - Revertem em favor da Sociedade os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas.

Artigo 44º

Por deliberação do Conselho de Administração, “ad referendum” da Assembleia Geral, poderão ser pagos aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 9º da Lei nº. 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria.

Parágrafo Único - Os valores pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício.

Artigo 45º

A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria e ao Conselho de Administração participação nos lucros, obedecidos os limites legais que lhe forem pertinentes.

1

000065

CAPÍTULO IX
JUÍZO ARBITRAL

Artigo 46º

A Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 47º

A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e fixar sua remuneração, bem como eleger o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.

Artigo 48º

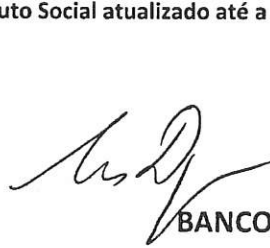
Os Acordos de Acionistas que tenham por objeto regular o exercício do direito de voto e o poder de controle da Sociedade, deverão ser previamente submetidos à aprovação do Banco Central do Brasil.


Artigo 49º

Os casos omissos neste Estatuto serão disciplinados pela Lei das Sociedades por Ações e pela legislação aplicável às instituições financeiras, sendo decididos ou solucionados pelo Conselho de Administração à luz desses diplomas legais.

57

Estatuto Social atualizado até a A.G.E. de 30 de abril de 2020 (11:30 horas).


BANCO DAYCOVAL S.A.
Morris Dayan
Diretor Executivo


Carlos Moche Dayan
Diretor Executivo

000065



Ofício 11.300/2020-BCB/Deorf/GTSP2
Processo 172481

São Paulo 9 de junho de 2020.

Ao
Banco Daycoval S.A.
Av. Paulista 1.793
01311-200 São Paulo (SP)

A/C do Senhor
Morris Dayan - Diretor Executivo

Assunto: Retificação de Comunicação de Deferimento de Pleito

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Ofício 10533/2020-BCB/Deorf/GTSP2, de 28 de maio de 2020, que comunicou o deferimento do pleito analisado nos autos do Processo 172481, para retificá-lo:

- 1) onde se lê: "aprovou os assuntos a seguir especificados" leia-se: "aprovou o assunto a seguir especificado"; e
- 2) onde se lê: "a) alteração do capital para R\$2.253.595.560,09 b) reforma estatutária.", leia-se: "a) reforma estatutária".

Atenciosamente,

Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica em São Paulo – II

Young Man To
Gerente Técnico

Eduardo de Camargo Schell
Coordenador

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência Técnica em São Paulo II (GTSP2)
Av. Paulista, 1.804 – 5º andar – 01310-922 São Paulo (SP)
Tel.: (11) 3491-6415, 3491-6685, 3491-6725
E-mail: gtsp2.deorf@bcb.gov.br

00006



Ofício 10533/2020-BCB/Deorf/GTSP2
Processo 172481

São Paulo, 28 de maio de 2020.

Ao
Banco Daycoval S.A.
Av. Paulista 1.793
01311-200 São Paulo (SP)

A/C do Senhor
Morris Dayan - Diretor Executivo

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou os assuntos a seguir especificados, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 5 de março de 2020 e na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2020:

- a) alteração do capital para R\$2.253.595.560,09
- b) reforma estatutária.

2. Deverá essa sociedade, na próxima reforma estatutária que realizar, corrigir a menção contida no caput do artigo 41: de "artigo 41" para "artigo 40".

3. Anexamos os estatutos sociais com as alterações aprovadas nos referidos atos societários.

Atenciosamente,

Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica em São Paulo – II

Young Man To
Gerente Técnico

Eduardo de Camargo Schell
Coordenador

000065



JUCESP

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS.

JUCESP

Nº DO PROTOCOLO 027659652-8	NIRE 3530052411-0	NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.
--------------------------------	----------------------	---

DESCRIÇÃO Alterar os artigos 6º e 8º do estatuto social.

000066



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 0.383.434/20-8

Relatório da Análise Prévia

- ☉ SUGESTÃO DE DEFERIMENTO por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)			
ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição/inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresarial está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração - pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06.2013 - JUCESP.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outras exigências a especificar (DBE):

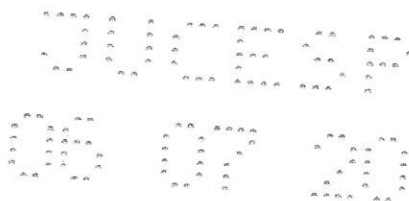
Análise Prévia

Igor Manara Jorge RG 45.992.806-5
Data: 01/07/2020

Ciência Vogais

Gláucia Marina dos Santos
Vogal
RG 27.822.207-9

000087



BANCO DAYCOVAL S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º

BANCO DAYCOVAL S.A. (a "Sociedade" ou "Companhia") é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º

A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria: (i) alterar o endereço da sede, desde que dentro do mesmo município; (ii) instalar, alterar o endereço e suprimir agências, filiais, representações, escritórios, sucursais e outras dependências em qualquer localidade do Brasil ou do Exterior; bem como (iii) nomear representantes ou correspondentes, respeitadas as prescrições legais e normas do Banco Central do Brasil.

Artigo 3º

A Sociedade tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, investimento e de crédito, financiamento e investimento), inclusive câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Artigo 4º

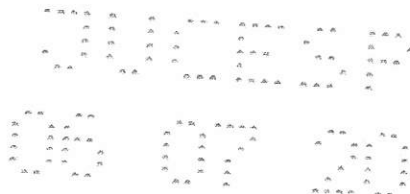
É vedado à Sociedade adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de 01 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até duas vezes, a critério do Banco Central do Brasil.

Artigo 5º

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

47

1000068



CAPÍTULO II

CAPITAL E AÇÕES

Artigo 6º

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$3.557.259.798,92** (três bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), dividido em **1.890.672.918** (um bilhão, oitocentas e noventa milhões, seiscentas e setenta e duas mil, novecentas e dezoito) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo **1.323.471.042** (um bilhão, trezentas e vinte e três milhões, quatrocentas e setenta e uma mil e quarenta e duas) ações ordinárias e **567.201.876** (quinhentas e sessenta e sete milhões, duzentas e uma mil, oitocentas e setenta e seis) ações preferenciais.

Parágrafo 1º - Todas as ações da Sociedade são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Parágrafo 2º - Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Sociedade.

Artigo 7º

Cada ação ordinária dará direito a 01 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro – As ações preferenciais emitidas pela Sociedade asseguram a seus titulares as seguintes vantagens: (a) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade.

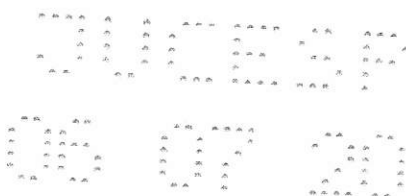
Parágrafo Segundo - Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 01 (uma) ação ordinária para 01 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal, bem como a regulamentação vigente sobre transferência de controle. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.

Artigo 8º

A Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até 3.000.000.000 (três bilhões) de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei.

41

1 000063



Parágrafo 1º - O aumento de capital social será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão de ações, inclusive preço, prazo e forma de integralização. Em caso de aumento de capital decorrente da incorporação de reservas, segundo normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, a competência será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado, a Sociedade poderá emitir ações e bônus de subscrição.

Parágrafo 3º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), arts. 257 e 263, e dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo 4º - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, a Sociedade poderá estabelecer as condições e outorgar opção de compra de ações destinada a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade ou à sociedade sob seu controle.

CAPÍTULO III ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9º

A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Artigo 10º

Os Conselheiros e Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente, após homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil. Os Conselheiros poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral e os Diretores pelo Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a investidura de seus sucessores.

Parágrafo Único - Vencido o prazo de seus mandatos, os Conselheiros e os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, caso não tenham sido eles próprios reeleitos.

47

1
000070

Artigo 11º

Observado o disposto no Artigo 10 acima, a posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os administradores deverão, imediatamente após a posse no cargo, comunicar à CVM a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Artigo 12º

A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Sociedade, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre sua distribuição.

SEÇÃO I**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Artigo 13º**

O Conselho de Administração é órgão colegiado, composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 10 (dez) membros, eleitos pela Assembleia Geral, que indicará dentre eles o Presidente, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

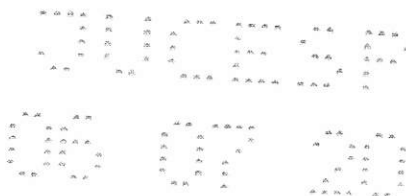
Parágrafo 1º - A Assembleia Geral determinará pelo voto da maioria absoluta, não se computando os votos em branco, previamente à sua eleição, o número de cargos do Conselho de Administração a serem preenchidos em cada mandato unificado de dois anos.

Parágrafo 2º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Nível 2, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger. Quando a aplicação do percentual anteriormente mencionado resultar em número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, se a fração for igual ou superior a 0,5; ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5.

Parágrafo 3º - Para fins deste Estatuto Social, considera-se Conselheiro Independente aquele que: (i) não tiver qualquer vínculo com a Sociedade, exceto participação no capital social; (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado à Sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não tiver sido, nos últimos três anos, empregado ou Diretor da Sociedade, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Sociedade; (iv) não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (v) não

57

1
000071



é funcionário ou administrador de Sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Sociedade; e (vii) não receber outra remuneração da Sociedade além da de Conselheiro (excluem-se desta restrição proventos em dinheiro oriundos de participação no capital). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito mediante faculdade prevista nos parágrafos 4º e 5º do Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º - O Presidente do Conselho de Administração, em suas ausências ou impedimentos temporários, será substituído pelo Conselheiro que ele próprio designar.

Parágrafo 5º - No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, será convocada a Assembleia Geral no prazo de 30 (trinta) dias, para escolher o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído.

Parágrafo 6º - Em caso de vacância em outro cargo do Conselho de Administração, o seu Presidente designará o substituto, observados os preceitos legais e deste Estatuto Social, que servirá até a primeira Assembleia Geral que eleger novos Conselheiros.

Parágrafo 7º - Nos casos de impedimento temporário ou ausência, os Conselheiros serão substituídos entre si, por indicação do Presidente.

Parágrafo 8º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de principal executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 14º

O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação do seu Presidente ou de qualquer um de seus membros, e independente de convocação se todos os seus membros estiverem presentes, instalando-se e deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Nas deliberações do Conselho de Administração, o Presidente terá também o voto de qualidade.

Parágrafo 3º - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas, assinadas por todos os membros presentes, devendo ser publicadas as que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

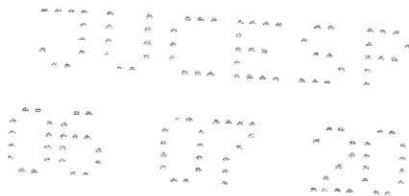
Artigo 15º

Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei:

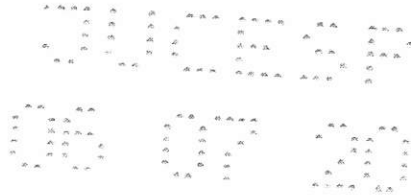
a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e criar mecanismos internos para verificação do cumprimento de suas determinações;

41

000072



- b) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, da Assembleia Geral Extraordinária;
- c) eleger e destituir Diretores e fixar-lhes as funções;
- d) aprovar a estrutura organizacional da Sociedade;
- e) deliberar, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes no balanço semestral ou anual;
- f) deliberar, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre pagamento ou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação aplicável;
- g) aprovar políticas e estratégias operacionais, planos e orçamentos semestrais, anuais ou plurianuais para operações, investimentos e atividades administrativas;
- h) manifestar-se sobre os relatórios da administração e as contas da Diretoria;
- i) deliberar sobre emissão de ações ou de bônus de subscrição;
- j) propor o aumento de capital à Assembleia Geral Ordinária e à Assembleia Geral Extraordinária, quando conveniente, pela incorporação de reservas ou por emissão e subscrição de ações;
- k) deliberar sobre os casos extraordinários ou omissos, orientando-se por este Estatuto Social e pela legislação vigente;
- l) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, quando fixada de forma global pela Assembleia Geral;
- m) escolher e destituir os auditores independentes;
- n) submeter à Assembleia Geral proposta de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, bem como de reforma do Estatuto Social;
- o) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- p) nomear e destituir os membros do Comitê de Auditoria;
- q) aprovar as regras operacionais que o Comitê de Auditoria vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê através de seus relatórios;
- r) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria;
- s) nomear e destituir os membros do Comitê de Remuneração;
- t) aprovar as regras operacionais que o Comitê de Remuneração vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê de Remuneração; e
- u) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Remuneração.

**Artigo 16º**

Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais;
- b) convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; e
- c) diligenciar para que sejam cumpridas as resoluções do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais.

SEÇÃO II**DIRETORIA****Artigo 17º**

A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 04 (quatro) e, no máximo, 20 (vinte) Diretores, sendo de 03 (três) a 05 (cinco) Diretores Executivos e até 15 (quinze) Diretores sem designação especial, destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva terá suas atribuições definidas neste Estatuto Social e as conferidas em reunião do Conselho de Administração, permitida a acumulação de funções por um mesmo Diretor.

Parágrafo 2º - Dentre os membros da Diretoria, deverá ser nomeado um Diretor de Relações com Investidores.

Parágrafo 3º - Nos casos de impedimentos ou ausências temporárias de qualquer um dos Diretores, os remanescentes escolherão, dentre si, o substituto que exercerá as funções do substituído cumulativamente.

Parágrafo 4º - Nos casos de renúncia, morte, ou impedimento definitivo de qualquer Diretor, e se houver necessidade de substituição, competirá ao Conselho de Administração eleger um novo Diretor para completar o mandato do Diretor substituído.

Artigo 18º

A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação de quaisquer de seus Diretores Executivos.

000075

Parágrafo 1º - As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes, devendo, em qualquer hipótese, contar com o voto favorável de pelo menos 2 (dois) Diretores Executivos.

Parágrafo 2º - As deliberações referentes à matéria constante do item "c" do Artigo 19 poderão ser tomadas em reunião de Diretoria com a presença de 2 (dois) Diretores, no mínimo, não sendo necessário o voto de Diretor Executivo.

Parágrafo 3º - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas e assinadas por todos os membros presentes, devendo ser publicadas e arquivadas no Registro do Comércio, as atas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 19º

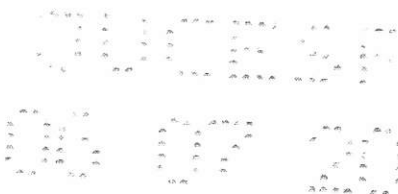
Compete à Diretoria a direção dos negócios da Sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento, cabendo-lhe, além das atribuições legais:

- a) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto Social e as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- b) levantar balanços semestrais, elaborar e apresentar anualmente à Assembleia Geral Ordinária as demonstrações financeiras e o relatório de administração, bem como assiná-los e publicá-los;
- c) decidir sobre instalação, alteração do endereço ou supressão de filiais, agências, subsidiárias, unidades administrativas e outras dependências, no Brasil e no exterior, deliberando, inclusive, sobre aumento, destaque ou redução do capital das aludidas subsidiárias e/ou dependências;
- d) definir a política administrativa da Sociedade;
- e) deliberar sobre os investimentos, diretos ou indiretos, inclusive por intermédio de controladas e coligadas;
- f) conduzir os negócios e serviços da Sociedade dentro das áreas de atuação atribuídas a cada um de seus membros, particularmente quanto ao planejamento e desenvolvimento, administração, controles e atividades financeiras;
- g) designar e destituir o Ouvidor, nos termos do Capítulo VII abaixo; e
- h) instituir exceções adicionais às previstas no Parágrafo 3º do Artigo 23.

41

1

000075

**Artigo 20º**

Compete aos Diretores sem designação específica desempenhar as funções que lhes forem atribuídas pelos Diretores Executivos, podendo cada um, isoladamente, praticar apenas os atos de mera rotina e de correspondência não obrigacional da Sociedade.

Artigo 21º

Compete aos Diretores Executivos, agindo isoladamente:

- a) exercer as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração;
- b) cumprir as atribuições específicas que lhes forem outorgadas em reunião da Diretoria; e
- c) orientar as atividades dos Diretores sem designação específica.

Artigo 22º

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, representar a Sociedade perante os órgãos reguladores e demais instituições que atuem no mercado de valores mobiliários, cabendo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às bolsas de valores em que a Sociedade tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas pela Sociedade no mercado de valores mobiliários, no Brasil e no exterior.

Artigo 23º

A Sociedade será representada, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, por:

- a) 02 (dois) Diretores Executivos;
- b) 01 (um) Diretor Executivo e 01 (um) Diretor sem designação específica;
- c) 01 (um) Diretor Executivo e um procurador com poderes específicos para a prática do ato; ou
- d) 02 (dois) procuradores com poderes específicos para a prática do ato.

Parágrafo 1º - Dependerá sempre da assinatura de 02 (dois) Diretores Executivos, ou de 01 (um) Diretor Executivo em conjunto com 01 (um) Diretor sem designação específica, a prática dos seguintes atos:

- a) a alienação de bens do ativo permanente e a constituição ou cessão de direitos reais de garantia sobre tais bens;
- b) a prestação de outras garantias a favor de terceiros, observado o disposto no Parágrafo 2º desse Artigo; e

000078

000075

c) a contratação de empréstimos, financiamentos e captação de recursos em valor igual ou superior a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Dólares dos Estados Unidos) ou seu equivalente em moeda nacional, no Brasil e no exterior, inclusive mediante emissão de Notas Promissórias, Letras Financeiras e quaisquer outros títulos e valores mobiliários, desde que não sejam linhas de crédito destinadas a fomentar importação ou exportação ou concedidos por agência, banco ou organismo internacional de fomento e desenvolvimento, os quais podem ser contratados por 02 (dois) procuradores com poderes específicos ou 01(um) procurador com poderes específicos em conjunto com 01 (um) Diretor Executivo.

Parágrafo 2º - Na concessão de avais, fianças e todas as demais garantias bancárias em favor de terceiros, a Sociedade será representada em conformidade com o disposto no *caput* deste Artigo 23.

Parágrafo 3º - Excepcionalmente, a Sociedade poderá ser representada por apenas um procurador ou um Diretor Executivo:

- a) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem na assunção ou renúncia de direitos e obrigações;
- b) nos mandatos com cláusula "ad judícia"; e
- c) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a sociedade participe.

Artigo 24º

Para a constituição de procurador a Sociedade será representada por 02 (dois) Diretores em conjunto, sendo necessariamente 1 (um) Diretor Executivo, devendo o respectivo instrumento de procuração ter prazo de vigência de até 02 (dois) anos e especificar todos os poderes, atos e operações que poderão ser praticados, observadas as limitações legais e estatutárias.

Parágrafo Único - Para a constituição de procurador com poderes de cláusula "ad judícia" o mandato não terá prazo limite de vigência.

Artigo 25º

É vedada a qualquer dos membros da Diretoria a prática de atos de liberalidade às custas da Sociedade, permitida a concessão de avais, fianças e outras garantias, em nome da Sociedade, desde que não contrariem seu objeto social.

Artigo 26º

A alienação ou a constituição de ônus sobre qualquer bem imóvel de uso do patrimônio da Sociedade dependerá de prévia autorização da Diretoria.

41

1

000075

CAPÍTULO IV CONSELHO FISCAL

Artigo 27º

A Sociedade terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente, podendo ser instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral a que for formulado o pedido de instalação do Conselho Fiscal elegerá os seus membros, fixando-lhes a respectiva remuneração, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo 2º - O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País.

Artigo 28º

As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos em lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Sociedade.

Parágrafo Único - Instalado o Conselho Fiscal, em caso de vacância ou de licença de Conselheiro por mais de 2 (dois) meses, será o cargo vacante ocupado pelo respectivo suplente, convocado pelo Presidente do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 29º

A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre os assuntos que lhe competem por lei e, extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas as prescrições legais que disciplinam a matéria.

Artigo 30º

A Assembleia Geral será convocada, instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que convidará um dos acionistas presentes para secretariar os trabalhos da mesa.

Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, as atividades mencionadas no "caput" deste artigo serão delegadas a um Conselheiro pelos demais membros do Conselho de Administração.

000075

Artigo 31º

As deliberações da Assembleia Geral ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 1º - É permitida a representação do acionista por procurador que seja acionista ou administrador da Sociedade, bem como advogado, desde que o instrumento respectivo tenha sido outorgado há menos de 01 (um) ano.

Parágrafo 2º - O acionista que se fizer representar por procurador deverá, nos 05 (cinco) dias que antecederem a Assembleia Geral, apresentar à Sociedade os documentos necessários ao exame do respectivo instrumento.

CAPÍTULO VI DO COMITÊ DE AUDITORIA E COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Artigo 32º

O Comitê de Auditoria será composto de, no mínimo, 03 (três) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo 1º - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Auditoria é indeterminado.

Parágrafo 2º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Auditoria:

- a) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas;
- b) recomendar, à administração da Sociedade, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- c) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- d) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- e) avaliar o cumprimento, pela administração da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;

47

1

000075

- f) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- g) recomendar, à Diretoria da Sociedade, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- h) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;
- i) verificar, por ocasião das reuniões previstas na alínea "h", o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria da Sociedade;
- j) reunir-se com o Conselho Fiscal, quando instalado, e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- k) outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil.

Artigo 32º-A

O Comitê de Remuneração será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 06 (seis) integrantes, pessoas físicas residentes no país, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, que fixará sua remuneração.

Parágrafo 1º - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Remuneração é de 5 (cinco) anos, vedada a permanência de integrante no Comitê de Remuneração por prazo superior a 10 (dez) anos.

Parágrafo 2º - O Comitê de Remuneração deverá:

- a) reportar-se diretamente ao Conselho de Administração;
- b) ter na sua composição pelo menos um membro não administrador da Companhia;
- c) ter na sua composição integrantes com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre política de remuneração da Sociedade, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos.

Parágrafo 3º - Cumprido o prazo máximo previsto no Parágrafo 1º acima, o integrante do Comitê de Remuneração somente pode voltar a integrar tal órgão da Sociedade após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos.

Parágrafo 4º - Nos casos de vaga por renúncia ou destituição em que o Comitê de Remuneração ficar reduzido a menos de 3 (três) membros, o Conselho de Administração deverá, tempestivamente, eleger um substituto, que servirá até o término do mandato do substituído.

000080

Parágrafo 5º - O Comitê de Remuneração se reunirá semestralmente, ou extraordinariamente mediante convocação de qualquer de seus membros, sendo certo que a reunião do Comitê de Remuneração só será validamente instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 6º - Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Remuneração:

- a) Elaborar a política de remuneração de administradores da Sociedade, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- b) Supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da Sociedade;
- c) Revisar anualmente a política de remuneração de administradores da Sociedade, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;
- d) Propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) Avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- f) Analisar a política de remuneração de administradores da Sociedade em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;
- g) Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da Sociedade e com o disposto na regulamentação vigente.

Parágrafo 7º - O Comitê de Remuneração elaborará, com periodicidade anual, no prazo de 90 (noventa) dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", o qual deverá ser mantido à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

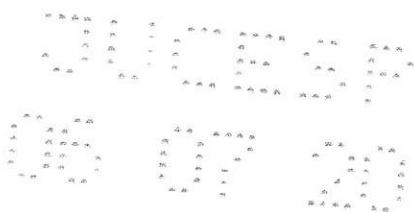
CAPÍTULO VII

OUIDORIA

Artigo 33º

A Sociedade terá uma Ouvidoria, de funcionamento permanente, que atuará em nome de todas as instituições integrantes do conglomerado financeiro da Sociedade, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Instituições do Conglomerado"), com as seguintes atribuições:

000081



- a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das Instituições do Conglomerado;
- b) atuar como canal de comunicação entre as Instituições do Conglomerado e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e
- c) informar ao Conselho de Administração da Sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria.

Artigo 34º

As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades:

- a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;
- d) manter o Conselho de Administração da Sociedade, informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e
- e) elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

Artigo 35º

O Ouvidor será designado pela Diretoria mediante observância de que preencha as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, com mandato por prazo indeterminado.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor caso o mesmo descumpra as atribuições previstas nos artigos 33 e 34 ou substituí-lo, nos casos de impedimento ou ausência temporária.

Artigo 36º

Serão dadas à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

000082

Artigo 37º

A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO VIII**EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DESTINAÇÃO DOS LUCROS E DIVIDENDO OBRIGATÓRIO****Artigo 38º**

O exercício social inicia-se no dia 1º de janeiro e encerrar-se-á, cada ano, no dia 31 de dezembro. Ao final de cada exercício social, a Diretoria providenciará a elaboração das demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e regulamentares vigentes.

Artigo 39º

O balanço de todo o ativo e passivo, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 (trinta) de junho e 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Facultativamente, a critério da Diretoria, a Sociedade poderá levantar balanços intermediários, inclusive para distribuição de dividendos, no último dia útil de cada mês, desde que observadas as prescrições legais.

Artigo 40º

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões legais.

Artigo 41º

O lucro líquido apurado em cada exercício social, após as deduções referidas no artigo 41 acima, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) 5% (cinco por cento) destinados à Reserva Legal, que não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório;
- c) importância destinada à formação de reservas para contingências e de reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e

000085

d) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados.

Artigo 42º

O saldo remanescente do lucro líquido ajustado na forma do artigo 41 poderá, por proposta do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral, ser 100% (cem por cento) destinado à Reserva de Lucros – Estatutária, visando assegurar a manutenção de adequadas condições operacionais à Sociedade. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social integralizado.

Parágrafo Único - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas neste artigo 42 e no artigo 41 deverá ser distribuída como dividendos.

Artigo 43º

O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros ou reservas.

Parágrafo 1º - Os dividendos declarados pelo Conselho de Administração serão colocados à disposição dos acionistas no prazo de 60 (sessenta) dias da data da publicação da respectiva ata.

Parágrafo 2º - Revertem em favor da Sociedade os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas.

Artigo 44º

Por deliberação do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral, poderão ser pagos aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 9º da Lei nº. 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria.

Parágrafo Único - Os valores pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício.

Artigo 45º

A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria e ao Conselho de Administração participação nos lucros, obedecidos os limites legais que lhe forem pertinentes.

41

1

000082

CAPÍTULO IX JUÍZO ARBITRAL

Artigo 46º

A Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 47º

A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e fixar sua remuneração, bem como eleger o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.

Artigo 48º

Os Acordos de Acionistas que tenham por objeto regular o exercício do direito de voto e o poder de controle da Sociedade, deverão ser previamente submetidos à aprovação do Banco Central do Brasil.

Artigo 49º

Os casos omissos neste Estatuto serão disciplinados pela Lei das Sociedades por Ações e pela legislação aplicável às instituições financeiras, sendo decididos ou solucionados pelo Conselho de Administração à luz desses diplomas legais.

Estatuto Social atualizado até a A.G.E. de 30 de abril de 2020 (11:30 horas).



BANCO DAYCOVAL S.A.
Morris Dayan
Diretor Executivo
Carlos Moche Dayan
Diretor Executivo

000085

JUCESP
05 07 20



JUCESP PROTOCOLO
0.383.434/20-8



BANCO DAYCOVAL S.A.

CNPJ nº 62.232.889/0001-90
NIRE 35300524110

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM
30.04.2020**

DATA:

30 de abril de 2020, às 11:30 horas.

LOCAL:

Sede social do Banco Daycoval S.A. ("Companhia"), na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP.

PRESENÇA:

Acionistas representando 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social e das ações com direito a voto de emissão da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.

MESA:

Presidente: Sasson Dayan.

Secretário: Morris Dayan.

ORDEM DO DIA:

1. Deliberar sobre a rerratificação das deliberações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2020;
2. Reformar e consolidar o Estatuto Social para refletir a deliberação acima.

DELIBERAÇÕES:

Após os debates, foram aprovadas por unanimidade, as seguintes deliberações:

[Assinatura]
000000

000087

1. Em virtude do cancelamento do nosso pedido de conversão do registro do Banco como emissor de valores mobiliários da categoria "B" para categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários, retificar a redação da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2020, a fim de tornar sem efeito as deliberações aprovadas nos itens 3 e 4 daquele conclave, que trataram sobre adequação da redação de artigos do estatuto social relacionados à conversão de categoria de emissor de valores mobiliários e à adesão ao Nível 2.

- 1.1. Retificar ainda, a deliberação aprovada no item 5 da referida Assembleia, para fazer constar apenas a alteração dos artigos 6º e 8º Estatuto, os quais passaram a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 6º - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$3.557.259.798,92** (três bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), dividido em **1.890.672.918** (um bilhão, oitocentas e noventa milhões, seiscentas e setenta e duas mil, novecentas e dezoito) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo **1.323.471.042** (um bilhão, trezentas e vinte e três milhões, quatrocentas e setenta e uma mil e quarenta e duas) ações ordinárias e **567.201.876** (quinhentas e sessenta e sete milhões, duzentas e uma mil, oitocentas e setenta e seis) ações preferenciais.

Artigo 8º - A Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até 3.000.000.000 (três bilhões) de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei.

- 1.2. Permanecem ratificadas e inalteradas as demais deliberações aprovadas naquela Assembleia.
2. Para efeito de arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, o Estatuto Social, devidamente consolidado, é apensado ao final da presente ata.

1 CP

000087

JUCESP
06 JUL 2020

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a palavra foi oferecida a todos que dela quisessem fazer uso e, ninguém se manifestando, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e, estando em conformidade, foi assinada por todos os presentes.

São Paulo, 30 de abril de 2020.

Assinaturas:

Presidente: Sasson Dayan

Secretário: Morris Dayan

Acionistas: **SASSON DAYAN;**
SALIM DAYAN;
MORRIS DAYAN;
CARLOS MOCHE DAYAN;
RONY DAYAN.

42

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


SASSON DAYAN
Presidente


MORRIS DAYAN
Secretário

AGE de 30.04.2020 às 11:30hs.



000080

14º Tabelião de Notas

Comarca - São Paulo

Dr. Paulo Tupinambá Vampré



O DOUTOR PAULO TUPINAMBÁ VAMPRÉ,
Bacharel em Direito, 14º Tabelião de Notas da
Comarca da Capital do Estado de São Paulo,
República Federativa do Brasil.

CERTIFICA a pedido de PARTE
INTERESSADA, que revendo os livros de atos
notariais deste Tabelionato a seu cargo
verificou constar no de nº 5416 (cinco mil
quatrocentos e dezesseis), fls. 107 (cento e
sete), uma procuração do seguinte teor:

Livro 5416

Páginas 107/116

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: -

BANCO DAYCOVAL S/A.

Validade: 02 (DOIS) ANOS

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove (2019), nesta cidade e Capital de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1793, perante mim, escrevente deste 14º Tabelião, compareceu como outorgante, **BANCO DAYCOVAL S/A**, com sede na Avenida Paulista nº 1793, bairro Bela Vista (CEP. 01311-200), nesta Capital, inscrito no CNPJ sob nº 62.232.889/0001-90, com sua situação cadastral ativa, possuidor do NIRE (JUCESP) nº 35-3-00524110, com seu Estatuto Social reformado e Consolidado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/10/2018, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº 4.688/19-3, em 10/01/2019, da qual uma cópia reprográfica autenticada encontra-se arquivada nestas Notas no "Classificador Eletrônico", neste ato, representado por seus diretores executivos, **SALIM DAYAN**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da carteira de identidade RG nº 14.516.400-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 154.174.598-10 e **MORRIS DAYAN**, brasileiro, casado, corretor de valores, portador da carteira de identidade RG nº 8.595.549 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 195.131.528-63, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, com escritório na Avenida Paulista, nº 1793, reeleitos pela Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 27/04/2018, cuja ata foi registrada na JUCESP sob nº 320.370-18-5, em 12/07/2018, da qual uma cópia reprográfica autenticada encontra-se arquivada nestas Notas, os quais declaram sob as penas da lei, que a Ata supracitada é o último ato constitutivo registrado, respondendo civil e criminalmente pela veracidade desta declaração; os presentes capazes, identificados por mim escrevente, consoante documentos de identidade apresentados, dou fé. Então, pelo Outorgante, na forma representado, me foi dito que, por este público instrumento e melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, todos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório no mesmo endereço do Outorgante: **GRUPO A: JOSÉ PAULO YASSUJIRO TAKAI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 5.456.147-4 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 442.677.118-87,

000889



10472602044379.001219649-3

Rua Antônio Bicudo, 64 - CEP: 05418-010 - São Paulo
Fone: (11) 3065-4500 - Fax: (11) 3088-0292
www.vampré.com.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

14º TABEL
São Paulo
OLAVO SIMÃO
SUE
(5.4º d)

RAIMUNDO ENOCH ARRUDA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 18.588.598 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 231.627.833-72, **RENATO VASCONCELOS ALVES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 20.111.061-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 105.029.018-61, e **WAGNER DA SILVA CRUZ**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 19.109.346-4 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 128.093.668-10. **GRUPO B: GLAUCO PERIN DIAS**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 27.061.798-X SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 281.843.238-32; **JOSÉ PAULO YASSUJIRO TAKAI** já qualificado, **LINDA MINDLIN KHAFIF**, brasileira, divorciada, bancária, portadora da carteira de identidade RG nº 10.106.889 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 089.105.418-90, **LEONOR TRAVASSOS GONSALVES**, brasileira, separada judicialmente, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 13.410.252 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 032.146.168-11, **MAURO DOS SANTOS BIANI**, brasileiro, divorciado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 18.832.863-4 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 108.005.718-86 e **NARCISO BERTOZI**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 42.990.357-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 291.961.448-74; **GRUPO C: LINDA MINDLIN KHAFIF** já qualificada, **MAURO DOS SANTOS BIANI** já qualificado, **RAIMUNDO ENOCH ARRUDA DE OLIVEIRA** já qualificado e **RENATO VASCONCELOS ALVES** já qualificado; **GRUPO D: ALEXANDRE SILVA GODOI**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG nº 25.362.152-5 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 181.805.638-04, **JAIR BESERRA DA SILVA**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 15.483.582-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 082.856.768-97, **LUCIANO AURELIO NEPOMUCENO DA SILVA**, brasileiro, viúvo, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 25.945.347-X SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 170.230.788-35, **MARCELO DE MOURA SANCHES**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 27.882.073-6 SSP/SP e inscrito no CPF nº 302.423.758-55; **MÁRCIO ELIAS MARÇAL**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 20.185.555-0 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 107.248.288-69 e **THOMAZ RICARDO DE OLIVEIRA GERALDO**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG nº 28.883.621-2 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 272.264.558-03; **GRUPO E: ADELY DAYAN HAMOUI**, brasileira, casada, publicitária, portadora da carteira de identidade RG nº 19.471.628-4 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 157.006.698-11, **ALESSANDRO VINÍCIUS DE SOUZA**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº M-5.574.198 SSP/MG e inscrito no CPF sob nº 772.648.946-49, **ALEXANDRE RHEIN**, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, portador da carteira de identidade RG nº 15.438.237-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 088.014.698-29, **ALEX DE AQUINO BARBOZA**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 19.871.218 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 131.815.478-24, **ALEX DOS SANTOS NIMIA**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 40.532.479-0 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 339.802.888-89, **ANDRÉIA FLORES PERPETUO**, brasileira, casada, publicitária, portadora da carteira de identidade RG nº 25.907.635-121 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 213.853.958-00, **MARCOS FILIPE ANDRADE DE SOUZA**, brasileiro, casado, bancário, portador da

2
000090

14º Tabelião de Notas

Comarca - São Paulo
Dr. Paulo Tupinambá Vampré



02
8

carteira de identidade RG nº 26.220.293 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 283.593.558-43, **REINALDO JORGE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 14.218.146-8 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 041.913.358-55 e **ROGÉRIO MARQUES DA SILVA**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 19.773.367-0 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 089.966.098-38; **GRUPO F: ALEXANDRE TEIXEIRA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 17.163.025-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 115.748.028-44, **BRUNA PALARIA RIEDEL**, brasileira, casada, bancária, portadora da carteira de identidade RG nº 42.902.599-3 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 342.612.838-16, **GLAUCO PERIN DIAS** já qualificado, **JOSÉ PAULO YASSUJIRO TAKAI** já qualificado, **JOSÉ GRACINDO COSTA**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 12.332.758 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 033.584.368-96 e **NARCISO BERTOZI** já qualificado; **GRUPO G: ALEXANDRE LOMBARDI**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 22.381.185-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 131.268.138-10, **ALEXANDRE TEIXEIRA** já qualificado, **BRUNA PALARIA RIEDEL** já qualificada, **JOSÉ GRACINDO COSTA** já qualificado e **RICARDO MARQUES PIMENTA**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 25.723.965-0 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 183.020.148-42; **GRUPO H: (H.1) CRISTIANO SANCHEZ DE OLIVEIRA** brasileiro, divorciado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 24.910.325-4 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 291.546.298-45, **FABIO HIDEKI YAMAGURO**, brasileiro, divorciado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 22.612.633 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 133.174.358-36, **LEANDRO DA SILVA MORAES**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 26.602.013-6 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 274.651.308-08 e **RICARDO DA SILVA**, brasileiro, divorciado, bancário, portador da carteira de identidade RG 12.413.449-X SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 042.285.438-71; **(H.2) CLÉSIO VANDER MANTOVANI**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade RG nº 11.183.636-0 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 011.006.898-00, **LUIZ ANTONIO MARTINS**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 11.145.267-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 010.788.278-77 e **NILO CAVARZAN**, brasileiro, divorciado, economista, portador da carteira de identidade RG nº 5.164.530-0 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 568.088.018-00; **GRUPO I: ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 27.854.909-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 273.969.828-39, **LUIZ FERNANDO DE GÊNOVA**, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade RG nº 32.858.101-X SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 220.273.098-29, **MAURICIO CARLOS GIARRANTE**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 15.729.601-5 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 064.668.338-10, **PAULO AUGUSTO LUZ FERREIRA SABA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade RG nº 17.000.803-4 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 162.994.678-86; **GRUPO J: ANDRÉ LUIZ DA SILVA**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 13.522.150-X SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 074.061.128-31, **ANTONIO ROBERTO MARTINS DE MAGALHÃES**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 8.387.506-2 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 14.656.078-

000091
3



10472602044379.001219650-7



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

14º TABE
São P
OLAVO SIMC
SU
(§ 4º d)

70, **MARCELLO TEIXEIRA AGUIAR**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 41.480.104-0 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 319.749.308-74; **GRUPO K: CARLA ZEITUNE PIMENTAL DOS SANTOS**, brasileira, casada, engenheira química, portadora da carteira de identidade RG nº 077.17736-8 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 908.962.207-10; **JOSÉ EDILSON CRUZ SOUSA**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 9.821.377-5 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 855.753.648-87; **REINALDO JORGE** já qualificado e **SILVIA BENEDETTI GAZELLI**, brasileira, casada, bancária, portadora da carteira de identidade RG nº 7.475.919-X SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 007.042.738-02; **GRUPO L: ALINE MARQUES POLIDO**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 42.112.754-5 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 287.309 e no CPF sob nº 331.571.108-96, **ANDERSON PIOTROVSKI MENDES**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade RG nº 43.937.849-7 SSP/SP, inscrito na OAB/SP sob nº 282.487 e no CPF sob nº 329.678.568-00, **ELIENE FATIMA CAMPOE BARBOSA**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 29.936.202-4 SSP/SP, inscrita na OAB/SP nº 240.802 e no CPF sob nº 269.817.478-12, **JULIANA VIEIRALVES AZEVEDO CAMARGO**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 52.812.006-2 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 181.718-A e no CPF sob nº 074.577.217-03, **MARIA BEATRIZ DE ANDRADE MARQUES MACEDO**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 22.722.648-3 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 173.046 e no CPF sob nº 286.573.258-45, **SANDRA KHAFIF DAYAN**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 10.106.888-8 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 131.646 e no CPF sob nº 227.162.868-76, **VIVIANE FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 54.607.075-9 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 208.039 e no CPF sob nº 884.854.634-04; **GRUPO M: DÉBORA FUZZETTI DELFINO**, brasileira, divorciada, bancária, portadora da carteira de identidade RG nº 42.794.654-2 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 318.704.978-80, **EDUARDO CAMPOS RAYMUNDO**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 20.071.052 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 125.889.498-00 e **MAURICIO DE OLIVEIRA LIMA**, brasileiro, divorciado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 19.850.522 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 157.094.228-51; **GRUPO N: CLÉSIO VANDER MANTOVANI**, já qualificado, **EMERSON ALEXANDRE MARTINHO PINTO**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 21.473.581-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 091.378.998-48, **JOSÉ PAULO YASSUJIRO TAKAI** já qualificado e **PAULO AUGUSTO LUZ FERREIRA SABA** já qualificado; **GRUPO O: ANDRÉ MAZAIA GRECO**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 28.729.210-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 228.338.518-04, **JOSIANE DOS SANTOS RIBEIRO**, brasileira, casada, bancária, portadora da carteira de identidade RG nº 42.347.946-5 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 306.741.968-56, **MAURICIO CARLOS GIARRANTE** já qualificado e **ROBERTO CARLOS PONTES**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 20.262.437-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 169.922.868-03; **GRUPO P: GLAUCO PERIN DIAS**, já qualificado, **MARCOS ALEXANDRE LYRA**, brasileiro, divorciado, administrador de empresa, portador da

000092

14º Tabelião de Notas

Comarca - São Paulo
Dr. Paulo Tupinambá Vampré



09/8

carteira de identidade RG nº 24.477.611-8 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 136.680.228-44, **MAURICIO CARLOS GIARRANTE**, **RAIMUNDO ENOCH ARRUDA DE OLIVEIRA** e **RENATO VASCONCELOS ALVES**, já qualificados; **GRUPO Q:** **ADELY DAYAN HAMOUI**, já qualificada, **ALEX DOS SANTOS NIMIA**, já qualificado, **DENIS DE MENEZES DIDI**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 40.998.049-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 228.473.368-93 e **ROGÉRIO MARQUES DA SILVA** já qualificado; O Outorgante confere aos procuradores acima nomeados os seguintes poderes: **1.** Qualquer 1 (um) dos procuradores do **GRUPO A**, agindo sempre em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para representar o Outorgante perante Repartições Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias e quaisquer instituições financeiras públicas e privadas, inclusive Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco do Brasil S/A, Banco Central do Brasil e Caixa Econômica Federal, podendo verificar saldos e solicitar extratos de contas correntes de titularidade do Outorgante, requisitar talões de cheques, autorizar débitos, pagamentos e transferências por meio de cartas para contas que não sejam de titularidade do Outorgante, fazer recebimentos, mediante recibos; **2.** Sempre 2 (dois) procuradores do **GRUPO C** agindo em conjunto e com poderes para abrir e movimentar contas correntes de titularidades do Outorgante, mantidas junto a outras instituições financeiras, solicitar transferência de recursos, autorizar débitos, assinar cheques ou autorizar transferência de recursos sem limite de valor entre contas correntes de titularidade do Outorgante ou com limite de R\$ 100.000,00 (cem mil Reais) para transferências para contas que não sejam de titularidade do Outorgante, bem como solicitar alteração de limite diário de pagamento nas contas correntes mantidas pelo Outorgante para o pagamento e processamento de sua folha de pagamento e recolhimentos dos impostos incidentes; **3.** Sempre 2 (dois) dos seguintes procuradores, **MAURO DOS SANTOS BIANI**, **RAIMUNDO ENOCH ARRUDA DE OLIVEIRA** ou **RENATO VASCONCELOS ALVES** com poderes para realizar pagamentos e transferências para recolhimento de tributos devidos pelo Outorgante ou relacionado ao processamento da folha de pagamento do Outorgante, observado o limite diário de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) para pagamento de tributos e o limite diário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) para processamento da folha de pagamento do Outorgante; **4.** Sempre 2 (dois) procuradores, **LUIZ FERNANDO DE GÊNOVA**, **PAULO AUGUSTO LUZ FERREIRA SABA**, **RAIMUNDO ENOCH ARRUDA DE OLIVEIRA** ou **WAGNER DA SILVA CRUZ**, ou qualquer um dos procuradores agindo sempre em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para preencher, assinar e firmar fichas cadastrais e documentos de abertura de contas de custódia em nome do Outorgante junto às corretoras de valores, instituições financeiras (públicas e privadas), bolsas de valores e de mercadorias e futuros, câmaras de liquidação e custódia competentes e sistemas de registro; **5.** 2 (dois) procuradores do **GRUPO B** em conjunto ou 1 (um) procurador do **GRUPO B** em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para endossar para à B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão, Carteiras de Crédito Bancário, Carteiras de Crédito à Exportação, Carteiras de Crédito Rural e/ou Notas de Crédito à Exportação, emitidas a favor do Outorgante, bem como praticar todos os demais atos necessários para a transferência de tais carteiras à B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão, podendo assinar

000092



10472602044379.001219701-5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

14º TABELA
São Paulo
OLAVO SIMÕES
SUBST
(§ 4º da Lei)

cartas de cancelamento de endosso e demais documentos correlatos; 6. Qualquer 1 (um) dos procuradores do **GRUPO B** agindo sempre em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante sem limitação de valor ou ainda, 2 (dois) procuradores do **GRUPO B** e até o limite individual por operação ou instrumento de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais), com poderes para assinar contratos de concessão de empréstimo, contratos de prestação de serviços de administração de contas de depósito (contratos de *escrow*), os quais o Outorgante figure como administrador/custodiante ou beneficiário, quaisquer instrumentos de concessão de crédito ou financiamento, contratos de repasse de empréstimo externo, carteiras de crédito bancário, carteiras de crédito à exportação, instrumentos de cessão de créditos com ou sem coobrigação, notas de crédito à exportação, contratos de confissão de dívidas, assinar e endossar títulos de crédito emitidos em favor do Outorgante, incluindo carteiras de crédito bancário, carteiras de produto rural, notas de crédito à exportação, carteiras de crédito rural, duplicatas, cheques e notas promissórias, representar o Outorgante perante quaisquer armazéns, podendo assinar, protestar, endossar, cancelar, liberar e registrar Carteira de Produto Rural, Warrants Agropecuário, Certificados de Depósito Agropecuário, autorizar liberação total ou parcial de bens depositados, assinar termos de quitação de alienação fiduciária de bens móveis, de substituição ou liberação total ou parcial de garantias e de transferência ou cessões de direitos, assinar contrato de prestação de serviços de monitoramento e/ou fiel depositário ou ainda, assinar notificações relacionadas a instituição de trava de domicílio bancário, bem como notificações de cessão de crédito a favor do Outorgante e também assinar escrituras públicas e instrumentos particulares de constituição de hipoteca, alienação fiduciária de bens imóveis ou móveis a favor do Outorgante, escrituras públicas de retificação ou aditamento às escrituras de hipoteca e alienação fiduciária de bens imóveis e/ou móveis, aditivos aos instrumentos particulares de alienação fiduciária, instrumentos particulares de cessão fiduciária, termos de quitação ou liberação de garantias reais constituídas a favor do Outorgante, requerimentos endereçados aos oficiais de registro de imóveis ou Departamentos Estaduais de Trânsito, assinatura de quaisquer outros instrumentos públicos ou particulares de constituição de garantias reais a favor do Outorgante ou de liberação das garantias reais constituídas a favor do Outorgante; 7. Os procuradores **GLAUCO PERIN DIAS, JOSÉ PAULO YASSUJIRO TAKAI e MAURO DOS SANTOS BIANI** agindo em conjunto de 2 (dois) procuradores e até o valor individual de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais) ou ainda, qualquer 1 (um) deles agindo sempre em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante, sem limitação de valor, com poderes para assinar contratos de prestação de fianças e as respectivas cartas de fiança, em especial os contratos e fianças a favor da B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão e que visem assegurar o cumprimento de operações realizadas e/ou registradas nos mercados administrados pela B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão; 8. Os procuradores **GLAUCO PERIN DIAS, JOSÉ GRACINDO COSTA e/ou JOSÉ PAULO YASSUJIRO TAKAI** agindo sempre em conjunto de 2 (dois) ou qualquer um deles em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para preencher e assinar certificados de registro de qualquer veículo de propriedade do Outorgante, bem como firmar todos os documentos para transferência da propriedade de veículos; 9. 1 (um) dos procuradores **GLAUCO PERIN DIAS, JAIR BESERRA DA**

000094

14º Tabelião de Notas

Comarca - São Paulo

Dr. Paulo Tupinambá Vampré



SILVA, JOSÉ PAULO YASSUJIRO TAKAI ou MARCELO DE MOURA SANCHES agindo em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante sem limitação de valor ou 2 (dois) procuradores do **GRUPO B** ou do **GRUPO D**, podendo ser 1 (um) procurador do **GRUPO B** e outro procurador do **GRUPO D** agindo em conjunto de 2 (dois) e até o limite individual por contrato e/ou operação de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Dólares Americanos) ou seu equivalente em outras moedas, com poderes para assinar contratos de câmbio pronto, contratos de câmbio de importação e exportação, contratos de financiamento de importação, contrato de abertura de Carta de Crédito de Importação, contrato de adiantamento sobre contratos de câmbio e sobre cambiais entregues (ACC e ACE), contrato de prestação de garantia, endossar cheques em moeda estrangeira, assinar e endossar Conhecimentos de Embarque (BLs) e Saque de Exportação, emitidos em favor do Outorgante, podendo negociar as respectivas taxas de câmbio, assinar boletos de operações e firmar todos os demais contratos e documentos relativos à carteira de câmbio do Outorgante; 10. Qualquer procurador do **GRUPO E** agindo sempre em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para assinar todos os documentos e contratos relativos à prestação de serviços a favor do Outorgante; 11. Os procuradores **RAIMUNDO ENOCH ARRUDA DE OLIVEIRA** e **ROGÉRIO MARQUES DA SILVA** agindo sempre em conjunto, ou qualquer um deles agindo em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para assinar contratos de locação, sublocação e comodato de bens móveis ou imóveis relacionados as agências bancárias e/ou postos ou agências de câmbio do Outorgante, celebrar contratos de prestação de serviços em geral, inclusive aqueles relacionados a obras, reformas e benfeitorias, serviços de monitoramento e segurança de postos de câmbio, contratos de fornecimento de bens e serviços, bem como os seus aditivos, anexos, notificações e/ou distratos; 12. Os procuradores **MARCOS FILIPE ANDRADE DE SOUZA** e **ROGÉRIO MARQUES DA SILVA**, agindo em conjunto ou qualquer um deles em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para representar o Outorgante perante qualquer um dos postos de atendimento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e de qualquer empresa privada que execute serviços de envio ou recepção de correspondências ou encomendas, inclusive aquelas especializadas em envio de correspondências expressas e internacionais, podendo, para tanto, assinar quaisquer documentos, retirar ou entregar correspondências ou encomendas e ainda, praticar qualquer outro ato necessário para o envio e/ou recepção de correspondências ou encomendas; 13. Os procuradores **ALEX DOS SANTOS NIMIA** e **ROGÉRIO MARQUES DA SILVA** agindo sempre em conjunto entre si, ou qualquer um deles em conjunto com um Diretor Executivo do Outorgante com poderes para assinar contrato de comodato de celulares corporativos em nome do Outorgante, bem como seus aditivos, anexos e distratos. 14. Qualquer procurador do **GRUPO F** agindo sempre em conjunto com **ALEXANDRE TEIXEIRA** ou com **JOSÉ PAULO YASSUJIRO TAKAI** ou com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante, sem limitação de valor, com poderes para representar o Outorgante na liberação de veículos financiados e de seus respectivos gravames e baixa de títulos, incluindo, sem limitação alienação fiduciária, podendo para tanto emitir recibos de quitação, declaração e demais documentos, representando o Outorgante perante todos os Departamentos de Trânsito (DETRANS) de qualquer Estado e Cidade no



10472602044379.001219702-3

000093



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

14º TABELA
São Paulo
OLAVO SIMÕES
SUB
(§ 4º da)

território nacional, podendo ainda, requerer junto aos Cartórios de Protestos de Títulos e Documentos, a baixa de títulos e gravames; **15.** Qualquer procurador do **GRUPO G** agindo sempre em conjunto com **ALEXANDRE TEIXEIRA** ou **GLAUCO PERIN DIAS** ou **JOSÉ PAULO YASSUJIRO TAKAI**, ou ainda, com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para assinar carteiras de crédito bancário para financiamento de veículos, seus aditivos, termos de adesão e contratos de financiamento nas modalidades crédito direto ao consumidor e crédito pessoal; **16.** 1 (um) procurador do **GRUPO G**, **GRUPO H** ou do **GRUPO M** agindo sempre em conjunto com 1 (um) procurador do **GRUPO Q** ou qualquer um dos procuradores agindo em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para assinar contratos de prestação de serviços de correspondente no país, seus aditivos, anexos e termos de substabelecimento, incluindo notificações extrajudiciais e advertências e demais documentos correlatos que versem exclusivamente sobre a prestação de serviços de correspondente no país; **17.** Sempre 2 (dois) procuradores em conjunto, sendo um procurador do **H.1** com um procurador do **H.2**, ou 02 procuradores **H.2** em conjunto, ou qualquer um dos procuradores em conjunto com um Diretor Executivo do Outorgante, com poderes para representar o Outorgante perante pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, podendo para tanto assinar convênios e contratos com entes públicos ou privados, seus respectivos aditivos, prorrogações, ratificações e documentos correlatos, contratos de uso e licença de sistemas para finalidade de averbação e desconto em folha de pagamento, podendo estipular as respectivas cláusulas e condições, bem como assinar ofícios e notificações endereçados aos órgãos públicos, que versem, exclusivamente, sobre crédito consignado e/ou averbações e/ou condições operacionais e/ou procedimentos e demais condições relacionados com operações de crédito consignado, assinar formulários, apresentar e retirar documentos, prestar informações e esclarecimentos relacionados ao processo de credenciamento e/ou renovação do Outorgante como consignatário perante os órgãos públicos; **18.** Sempre 2 (dois) procuradores em conjunto do **GRUPO I** até o limite por operação ou contrato de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais), ou 1 (um) procurador do **GRUPO I** em conjunto com **PAULO AUGUSTO LUZ FERREIRA SABA** até o limite por operação ou contrato de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais) ou ainda, 1 (um) procurador do **GRUPO I** em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante sem limitação de valor, com poderes para assinar, receber e dar quitações em notas de negociações de títulos, celebrar contratos de derivativos em geral, incluindo swap, arbitragem, termos de moedas e opções, bem como as respectivas confirmações, apêndices, acordos de compensação, instrumentos de constituição de garantias, instrumentos de cessão fiduciária em garantia e/ou outros instrumentos públicos ou particulares, incluindo aditivos e distratos, relacionados a contratos globais de derivativos; **19.** Sempre 2 (dois) procuradores do **GRUPO J** e até o valor limite por título de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais) ou, sem limite de valor, qualquer procurador do **GRUPO J** agindo em conjunto com os procuradores **JOSÉ PAULO YASSUJIRO TAKAI** ou **GLAUCO PERIN DIAS** ou qualquer procurador do **GRUPO J** em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante, com poderes para representar o Outorgante perante os Cartórios de Protestos de Títulos e Documentos, podendo apresentar títulos, protestar e requerer a baixa de títulos

14º Tabelião de Notas

Comarca - São Paulo

Dr. Paulo Tupinambá Vampré



protestados nos referidos Cartórios; **20.** Sempre 2 (dois) procuradores do **GRUPO K** ou um procurador do **GRUPO K** agindo em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para admitir e demitir funcionários do Outorgante, assinar contratos de trabalho, carteiras de trabalho e previdência social, folha de pagamento, transferências, recibos de férias, informes de rendimentos, termos de rescisão de contrato de trabalho, pagar os funcionários do Outorgante, passar recibos, dar e aceitar quitações; **21.** Os procuradores **REINALDO JORGE** e **SILVIA BENEDETTI GAZELLI** agindo em conjunto ou ainda, qualquer um deles agindo em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante, com poderes para assinar acordos de parceria para concessão de benefícios aos colaboradores do Outorgante; **22.** Os procuradores **SANDRA KHAFIF DAYAN**, **ALINE MARQUES POLIDO** e **REINALDO JORGE**, agindo sempre 02 (dois) procuradores em conjunto ou qualquer um deles agindo em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para nomear prepostos, assinando as respectivas cartas de preposição; **23.** Qualquer procurador do **GRUPO L**, agindo sempre em conjunto com **SANDRA KHAFIF DAYAN** ou com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para contratar inscritos na OAB para defesa de seus direitos, assinando os respectivos contratos; **24.** Sempre 2 (dois) procuradores do **GRUPO L** agindo em conjunto, com poderes para representar o Outorgante em Cartórios de Registros de Imóveis de todo o território nacional, quaisquer repartições públicas em geral e seus órgãos e departamentos, sempre com o objetivo de preservar e defender direitos e interesses do Outorgante, podendo assinar quaisquer documentos e/ou requerimentos relacionados a intimação, purgação de mora e/ou consolidação de propriedade de imóveis endereçados aos Oficiais de Registro de Imóveis de todo o território nacional ou ainda, assinar notificações endereçadas a devedores do Outorgante, nomear preposto para representação do Outorgante no foro em geral e assinar requerimentos endereçados aos Oficiais de Registro de Imóveis para registro ou averbação de garantias de alienação fiduciária de bens imóveis constituídas a favor do Outorgante, autorização para desmembramento e unificação de imóveis alienados a favor do Outorgante, cartas de anuência para retificação de área georreferenciada, autorização para averbação de georreferenciamento, bem como declaração de anuência para locação de bens imóveis com alienação fiduciária em garantia a favor do Outorgante; **25.** Os procuradores **ADELY DAYAN HAMOUI** ou **DENIS DE MENEZES DIDI** agindo em conjunto com 1 (um) procurador do **GRUPO M**, ou ainda qualquer um dos procuradores agindo em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para assinar contratos de prestação de serviços de indicação, aditivos, notificações e/ou distratos e demais documentos relacionados ao respectivo contrato; **26.** Sempre 02 (dois) procuradores do **GRUPO M** agindo em conjunto, ou qualquer um dos procuradores agindo em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo, com poderes para assinar convênio para concessão de desconto na aquisição de moeda estrangeira, bem como os respectivos aditivos, notificações e/ou distratos, termos de adesão e contratos para comercialização dos cartões pré-pagos em moeda estrangeira junto aos clientes do Outorgante e quaisquer outros contratos relacionados exclusivamente aos serviços de câmbio turismo do Outorgante; **27.** Sempre 2 (dois) procuradores do **GRUPO N** ou qualquer um deles em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para assinar acordos



10472602044379.001219703-1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

14º TABELA
São Paulo
OLAVO-SIMÕES
SUB:
(§ 4º da L)

de confidencialidade; **28.** Sempre 2 (dois) procuradores do **GRUPO O** e até o limite individual de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) ou 1 (um) procurador do **GRUPO O** em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante, sem limite de valor, assinar notas de negociação de títulos e valores mobiliários; **29.** Sempre 2 (dois) procuradores do **GRUPO P** ou qualquer um deles agindo sempre em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante, com poderes para assinar contratos de distribuição de cotas de fundos de investimento, contratos de distribuição de títulos e valores mobiliários, contratos dos clubes de investimentos, contratos de nomeação de agentes autônomos, assim como seus anexos, aditivos, notificações e/ou distratos, bem como firmar os respectivos boletins de subscrição, recibos em geral e quaisquer outros documentos relacionados a distribuição, intermediação, incluindo, Contratos de Intermediação de Operações nos Mercados Administrados pela B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão, ou colocação de títulos, valores mobiliários, cotas de fundos de investimentos e letras de câmbio; **30.** Os procuradores **JOSÉ PAULO YASSUJIRO TAKAI** e **LINDA MINDLIN KHAFIF** agindo sempre em conjunto ou qualquer um deles agindo em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante, com poderes para assinar instrumentos públicos ou particulares de compra e venda de bens móveis ou imóveis de propriedade do Outorgante, receber em dação em pagamento quaisquer bens móveis ou imóveis, inclusive direitos a eles relacionados, assinando as correspondentes escrituras, instrumentos particulares, aditivos e anexos; **31.** Os procuradores **ALESSANDRO VINÍCIUS DE SOUZA**, **ALEX DOS SANTOS NIMIA**, **ALEXANDRE RHEIN**, **RAIMUNDO ENOCH ARRUDA DE OLIVEIRA** e **ROGÉRIO MARQUES DA SILVA**, agindo sempre 02 (dois) procuradores em conjunto ou qualquer um deles em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para representar o Outorgante perante Prefeituras, Concessionárias de Serviços Públicos e Corpo de Bombeiros, podendo adotar todas as providências para obtenção de alvarás de funcionamento, licenças, aprovações do corpo de bombeiros, sendo facultado prestar esclarecimentos e documentos, apresentar projetos, assinar requerimentos e declarações, realizar pagamentos de quaisquer taxas e emolumentos, podendo praticar todos os demais atos necessários para a obtenção dos alvarás, autorizações e licenças, bem como representar o Outorgante perante qualquer concessionária de serviço público, para o propósito de solicitar cadastramento, contratação, cancelamento ou alteração de serviços de telefonia, luz, água, gás e esgoto, podendo neste contexto celebrar contratos, autorizar cancelamentos, apresentar informações ou reclamações, assinar quaisquer requerimentos ou documentos relacionados regularização, cadastro ou transferência de tais serviços; **32.** Os procuradores **ALEX SANTOS NIMIA**, **RAIMUNDO ENOCH ARRUDA DE OLIVEIRA** ou **ROGÉRIO MARQUES DA SILVA**, agindo sempre 02 (dois) procuradores em conjunto ou qualquer um deles em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo do Outorgante com poderes para assinar notificações de infração de trânsito relacionadas a veículos de propriedade do Outorgante, indicando os respectivos condutores. **A presente procuração terá validade por 02 (dois) anos, a contar desta data.** Os dados mencionados foram fornecidos pelo Outorgante, na forma representado, que se responsabiliza por sua exatidão. Foi acessada nesta data, a base de dados da Central de Indisponibilidade de Bens, através do site e obtida a informação de que não consta indisponibilidade de bens


14º Tabelião de Notas

Comarca - São Paulo
Dr. Paulo Tupinambá Vampré



da parte contratante, conforme Relatório de Consulta de Indisponibilidade - código HASH: 4315.07b1.4f67.61e9.f382.3873.b4a0.48d2.aa16.44d5. Assim o disseram, dou fé, pediram-me e lhes lavrei este instrumento, o qual feito e lido em voz alta, foi achado conforme, aceitaram, outorgam e assinam. Tabelião: R\$269,90, Estado: R\$76,70, Sec. da Fazenda: R\$52,48, Imposto ao Município: R\$ 5,76, Ministério Público: R\$12,96, Registro Civil: R\$14,20, Tribunal de Justiça: R\$18,52, Santa Casa: R\$2,70, Total: R\$453,22. Eu, Mariana Rocha Poggi, escrevente a escrevi. Eu, Maria do Carmo Sanches de Sousa e Silva, Substituta, subscrevi. **Devidamente assinada pelos comparecentes, dou fé.** Nada mais se continha em dita procuração, aqui bem e fielmente transcrita, por certidão do próprio original ao qual me reporto e dou fé. Digitada por Mariana Rocha Poggi, aos **25 (vinte e cinco) dias do mês de abril do ano 2019 (dois mil e dezenove)**. Conferida por Daiane. Lida por Tifany. Eu, Olavo Simões Iasco Feltrin, Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

Em testº  da verdade


**14º. TABELIÃO VAMPRE
SÃO PAULO - CAPITAL
OLAVO SIMÕES IASCO FELTRIN
SUBSTITUTO
PARÁGRAFO 4º DA LEI 8.935/94**



A confirmação da lavratura e da cobrança deste ato poderão ser verificadas após 24hs no site: <http://www.tjsp.jus.br/selodigitalconsulta> mediante a informação do código QRCode abaixo ou pelo número do selo digital.
SELO DIGITAL Nº:1112291CE033141900000119J

0000SS



10472602044379.001219704-0



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo



PÁGINA EM BRANCO

000106



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300524110	CNPJ 62.232.889/0001-90	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 193.248/20-7	DATA DO ARQUIVAMENTO 02/06/2020

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 14/08/2020	HORA DE EXPEDIÇÃO 09:11:14	CÓDIGO DE CONTROLE 138333025
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 14/08/2020 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – GISELA SIMIEMA CESCHIN, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

EXISTE(M) ARQUIVAMENTO(S) POSTERIORE(S).

000161



Certifico o registro sob o nº 193.248/20-7 em 02/06/2020 da empresa BANCO DAYCOVAL S.A., NIRE nº 35300524110, protocolado sob o nº 0283193207. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/08/2020 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 138333025. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
0.283.193/20-7



CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
027493446-9



DADOS CADASTRAIS

ATO Inclusão/Alteração de Integrantes;			
NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.			PORTE Normal
LOGRADOURO Avenida Paulista	NÚMERO 1793	COMPLEMENTO	CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 62.232.889/0001-90	NIRE - SEDE 3530052411-0	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: MARIA REGINA RODRIGUES MACIEL NOGUEIRA (Diretor)		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 372,74 DARF: R\$,00	SEQ. DOC. 1/1
ASSINATURA:		DATA: 20/04/2020	

JUC
SE
C
131
PROT

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 	CARIMBO ANÁLISE 29.05.20 DEFERIDO
-----------------------	--------------------------	---

Aramis Moutinho Junior
RG 11.889.508-1
Vogal

ANEXOS: <input checked="" type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros	EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE <input type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão	ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO
OBSERVAÇÕES:		

000102

Pendência Administrativa
Reg: 235.421/19-0 B.A = 3.202.009/19-9 pag. 3
Victor 13/05/2020

A Turma de Vogal que couber, trata-se de pendência administrativa/judicial que, s.m.j., não impede(m) o(s) ato(s) pretendido(s) desde que em boa ordem quanto às demais formalidades técnicas de análise exigíveis para o ato.

 15/05/2020
Vivian Faustino Lopes
Assessora Técnica de Registro Público
RG.: 44.138.670-2

ARCA
2/2/22 000103

JUCESP
02 06 20

BANCO DAYCOVAL S/A

CNPJ nº 62.232.889/0001-90
NIRE 35300524110

ESP
DE
6
AI 2020 ★
COLO

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 07.02.2020**

DATA:

07 de fevereiro de 2020, às 16:00 horas.

LOCAL:

Sede social, na Av. Paulista, nº 1793 - São Paulo - SP.

PRESENÇA:

Totalidade dos membros do Conselho de Administração.

MESA:

Presidente: Sasson Dayan.

Secretário: Morris Dayan.

ORDEM DO DIA:

1. Eleição dos membros da Diretoria e fixação de seu mandato; e
2. Designação do diretor responsável pela função de Relação com Investidores.

DELIBERAÇÕES:

Após os debates, foram aprovadas por unanimidade, as seguintes deliberações:

1. Eleger os membros da Diretoria, com remuneração definida na Assembleia Geral Ordinária de 07 de fevereiro de 2020, a saber:

DIRETORES EXECUTIVOS:

CARLOS MOCHE DAYAN, brasileiro, casado em regime de separação de bens, economista, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 15.315.755-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 252.714.628-70;



000104

JUCESP
02 06 20

2

MORRIS DAYAN, brasileiro, casado em regime de separação de bens, corretor de valores, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 8.595.549-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 195.131.528-63; e

SALIM DAYAN, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 14.516.400-7-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 154.174.598-10.

DIRETORES (SEM DESIGNAÇÃO ESPECIAL):

ALBERT ROUBEN, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, bancário, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 12.137.879-2-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 107.342.458-82;

ALEXANDRE TEIXEIRA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador, residente em Jundiaí-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 17.163.025-7-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 115.748.028-44;

ALEXANDRE RHEIN, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletrônico, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 15.438.237-1-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 088.014.698-29;

MARIA REGINA RODRIGUES MACIEL NOGUEIRA, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portadora da C.I. RG. nº 9.399.659-7-SSP-SP e inscrita no CPF/MF sob nº 977.083.998-15;

NILO CAVARZAN, brasileiro, divorciado, economista, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 5.164.530-0-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 568.088.018-00;

CSA

000105

JUCESP
02 06 20

3

RICARDO GELBAUM, brasileiro, solteiro, economista, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 34.908.594-8-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 596.586.907-00;

PAULO AUGUSTO LUZ FERREIRA SABA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, residente em São Paulo - SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo - SP, portador da C.I. RG. nº 17.000.803-4-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 162.994.678-86;

EDUARDO CAMPOS RAYMUNDO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, bancário, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo - SP, portador da C.I. RG. nº 20.071.052-3-SSP - SP e inscrito no CPF/MF sob nº 125.889.498-00;

CLAUDINEI APARECIDO PEDRO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, bancário, residente em São Paulo - SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo - SP, portador da C.I. RG. nº 22.885.373-4-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 125.061.698-06;

ELIE JACQUES MIZRAHI, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, bancário, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo - SP, portador da C.I. RG. nº 27.789.088-3-SSP - SP e inscrito no CPF/MF sob nº 223.532.898-94; e

ERICK WARNER DE CARVALHO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, economista, residente em São Paulo - SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo - SP, portador da C.I. RG. nº 27.820.894-0-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 277.646.538-61.

- 1.1. O mandato dos diretores ora eleitos se estenderá até a posse dos que forem eleitos em Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2022.
- 1.2. Os diretores eleitos apresentaram as declarações de que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, à pena que



000100

vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, as quais se encontram arquivadas na sede da sociedade.

- 1.3. Foi esclarecido que os Diretores ora eleitos apresentaram cópias do instrumento de declaração em conformidade com o artigo 2º, da Instrução CVM nº 367, de 29.05.2002.
2. Designar o Diretor Sr. **RICARDO GELBAUM** para o desempenho das funções de Relações com Investidores conforme previsto no § 2º do artigo 17 do Estatuto Social.

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual logo após foi lida, aprovada e por todos assinada.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2020.

ASSINATURAS:

Presidente: Sasson Dayan.
Secretário: Morris Dayan.
Membros: **Sasson Dayan**
Morris Dayan
Salim Dayan
Rony Dayan
Gustavo Henrique de Barroso Franco
Sergio Alexandre Figueiredo Clemente.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


SASSON DAYAN
Presidente


MORRIS DAYAN
Secretário



BCB
BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 8444/2020-BCB/Deorf/GTSP2
Processo 172479

São Paulo, 15 de abril de 2020.

Ao
Banco Daycoval S.A.
Av. Paulista, 1.793
01311-200 São Paulo (SP)

A/C do Senhor
Morris Dayan - Diretor Executivo

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou o assunto a seguir especificado, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 7 de fevereiro de 2020:

- a) Eleição da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração que ocorrer após Assembleia Geral Ordinária de 2022:

CPF	Nome	Cargo
252.714.628-70	Carlos Moche Dayan	Diretor Executivo
195.131.528-63	Morris Dayan	
154.174.598-10	Salim Dayan	
107.342.458-82	Albert Rouben	Diretor
088.014.698-29	Alexandre Rhein	
115.748.028-44	Alexandre Teixeira	
125.061.698-06	Claudinei Aparecido Pedro	
125.889.498-00	Eduardo Campos Raymundo	
223.532.898-94	Elie Jacques Mizrahi	
277.646.538-61	Erick Warner de Carvalho	
977.083.998-15	Maria Regina Rodrigues Maciel Nogueira	
568.088.018-00	Nilo Cavarzan	
162.994.678-86	Paulo Augusto Luz Ferreira Saba	
596.586.907-00	Ricardo Gelbaum	

2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse dos eleitos, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Manual de Organização do Sistema Financeiro - Sisorf, Seção 4.14.70

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em São Paulo II (GTSP2)
Av. Paulista, 1.804 – 5º andar – 01310-922 São Paulo (SP)
Tel.: (11) 3491-6415, 3491-6685, 3491-6725
E-mail: gtsp2.deorf@bcb.gov.br

000108



3. Registramos a inobservância do prazo de quinze dias previsto no artigo 33 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para submeter à aprovação do Banco Central do Brasil os atos de eleição ocorridos na Reunião do Conselho de Administração de 7 de fevereiro de 2020. Esclarecemos que a infração ao dispositivo legal citado sujeita essa instituição, bem como seus administradores, às penalidades previstas em lei.

Atenciosamente,

Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica em São Paulo – II

Young Man To
Gerente Técnico

Eduardo de Camargo Schell
Coordenador

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em São Paulo II (GTSP2)
Av. Paulista, 1.804 – 5º andar – 01310-922 São Paulo (SP)
Tel.: (11) 3491-6415, 3491-6685, 3491-6725
E-mail: gtsp2.deorf@bcb.gov.br

000105



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

JUCESP

JUCESP
Junta Comercial do
Estado de São Paulo

Ficha Cadastral - Quadro Sociários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9	NIRE SEDE 3530052411-0	NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.				
NOME DO INTEGRANTE CARLOS MOCHE DAYAN						IDENTIFICAÇÃO 252.714.628-70
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 15315755	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO 08/09/1980	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo				UF SP	PAIS Brasil	
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

000110

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



JUCESP
Junta Comercial do
Estado de São Paulo

Ficha Cadastral - Quadro Sociários/Integrantes:

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.			
NOME DO INTEGRANTE MORRIS DAYAN						IDENTIFICAÇÃO 195.131.528-63	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 8595549	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO 13/12/1994	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira	
COR OU RAÇA Não Declarada							
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793	
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200	
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil	
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO							
CARGOS							
Diretor (entrada)		Início do Mandato: 07/02/2020			Termino do Mandato: 06/02/2022		
REPRESENTADOS							
NENHUM							
DADOS COMPLEMENTARES							

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

JUCESP**JUCESP**
Junta Comercial do Estado de São Paulo**Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes**

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		
NOME DO INTEGRANTE SALIM DAYAN						IDENTIFICAÇÃO 154.174.598-10
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 14516400	DIGITO 7	DATA DE EXPEDIÇÃO 20/01/1994	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAÍS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

000112



Ficha Cadastral - Quadro Sociários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9	NIRE SEDE 3530052411-0	NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.				
NOME DO INTEGRANTE ALBERT ROUBEN						IDENTIFICAÇÃO 107.342.458-82
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 12137879	DIGITO 2	DATA DE EXPEDIÇÃO 06/12/1994	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAÍS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

000116

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes**

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		
NOME DO INTEGRANTE ALEXANDRE TEIXEIRA					IDENTIFICAÇÃO 115.748.028-44	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 17163025	DIGITO 7	DATA DE EXPEDIÇÃO 29/01/2009	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista					NÚMERO 1793	
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista			CEP 01311-200	
MUNICÍPIO São Paulo				UF SP	PAIS Brasil	
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

000114



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes**

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		
NOME DO INTEGRANTE ALEXANDRE RHEIN					IDENTIFICAÇÃO 088.014.698-29	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 15438237	DIGITO 1	DATA DE EXPEDIÇÃO 20/10/2010	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista					NÚMERO 1793	
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista			CEP 01311-200	
MUNICÍPIO São Paulo				UF SP	PAIS Brasil	
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

000115



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes**

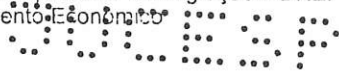
Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		
NOME DO INTEGRANTE MARIA REGINA RODRIGUES MACIEL NOGUEIRA						IDENTIFICAÇÃO 977.083.998-15
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 9399659	DIGITO 7	DATA DE EXPEDIÇÃO 26/06/2006	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA	
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

000110



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

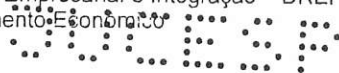
**Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes**

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		
NOME DO INTEGRANTE NILO CAVARZAN						IDENTIFICAÇÃO 568.088.018-00
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 5164530	DIGITO 0	DATA DE EXPEDIÇÃO 08/07/2008	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Direto: (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

000117

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

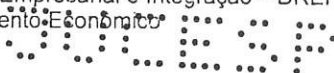
**Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes**

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.			
NOME DO INTEGRANTE RICARDO GELBAUM						IDENTIFICAÇÃO 596.586.907-00	
CNPJ Sem C.N.P.J.		RG/RNE 34908594	DIGITO 8	DATA DE EXPEDIÇÃO 27/06/1996	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada							
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793	
COMPLEMENTO			BAIRRO/DISTRITO Bela Vista			CEP 01311-200	
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil	
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO							
CARGOS							
Diretor (entrada)				Início do Mandato: 07/02/2020		Termo do Mandato: 06/02/2022	
REPRESENTADOS							
NENHUM							
DADOS COMPLEMENTARES							

000118

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes**

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		
NOME DO INTEGRANTE PAULO AUGUSTO LUZ FERREIRA SABA						IDENTIFICAÇÃO 162.994.678-86
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 17000803	DIGITO 4	DATA DE EXPEDIÇÃO 21/11/2008	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS						
Diretor (entrada)		Início do Mandato: 07/02/2020		Termo do Mandato: 06/02/2022		
REPRESENTADOS						
NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

000115



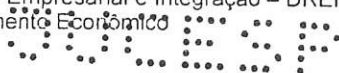
Ficha Cadastral - Quadro Sociários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9	NIRE SEDE 3530052411-0	NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.				
NOME DO INTEGRANTE EDUARDO CAMPOS RAYMUNDO						IDENTIFICAÇÃO 125.889.498-00
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 20071052	DIGITO 3	DATA DE EXPEDIÇÃO 18/06/2015	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais	TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada)						
Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

000120

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes**

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		
NOME DO INTEGRANTE CLAUDINEI APARECIDO PEDRO						IDENTIFICAÇÃO 125.061.698-06
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 22885373	DIGITO 4	DATA DE EXPEDIÇÃO 14/09/2015	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

000121

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes**

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.			
NOME DO INTEGRANTE ELIE JACQUES MIZHAHI						IDENTIFICAÇÃO 223.532.898-94	
CNPJ Sem C.N.P.J.		RG/RNE 27789088	DIGITO 3	DATA DE EXPEDIÇÃO 05/10/2013	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada							
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793	
COMPLEMENTO			BAIRRO/DISTRITO Bela Vista			CEP 01311-200	
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil	
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO							
CARGOS Diretor (entrada)							
				Início do Mandato: 07/02/2020		Termino do Mandato: 06/02/2022	
REPRESENTADOS NENHUM							
DADOS COMPLEMENTARES							

000182



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

JUCESP
Junta Comercial do
Estado de São Paulo

Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.			
NOME DO INTEGRANTE ERICK WARNER DE CARVALHO						IDENTIFICAÇÃO 277.646.538-61	
CNPJ Sem C.N.P.J.		RG/RNE 27820894	DIGITO 0	DATA DE EXPEDIÇÃO 18/07/2017	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada							
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793	
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200	
MUNICÍPIO São Paulo						UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO							
CARGOS							
Diretor (entrada)				Início do Mandato: 07/02/2020		Termo do Mandato: 06/02/2022	
REPRESENTADOS							
NENHUM							
DADOS COMPLEMENTARES							

000123





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 0.283.193/20-7

Relatório da Análise Prévia

- **SUGESTÃO DE DEFERIMENTO** por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- **SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA** por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- **SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO** Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresarial está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração – pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 – JUCESP	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outras exigências a especificar (DBE):

Análise Prévia

Adriana Mangili Bárbara RG 22.523.667-9
Data: 26/05/2020

DEFERIDO

Ciência Vogais

Aramís Mourinho Junior
RG 11.689.508-1
Vogal

00012



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado de São Paulo

PROTOCOLO REDESIM
SPN2057750903

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
BANCO DAYCOVAL S.A.

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
62.232.889/0001-90

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

Quadro de Sócios e Administradores - QSA

DEFERIDO

Aramis Mourinho Junior
RG 11.689.608-1
Vogal

Número de Controle: SP78146158 - 62232889000190

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME
MORRIS DAYAN

CPF
195.131.528-63

LOCAL

DATA
04/05/2020

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 195.131.528-63

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir

DEFERIDO DBE

000125


TERMO DE ENCERRAMENTO

São Paulo, 28 de Junho de 2021.

À
Comissão Especial de Licitação
Município de Santa Luzia/Minas Gerais
REF.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG

A proposta comercial da **Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda.**, apresentada para fins de participação na Licitação em referência, é composta de 01 (um) volume original, com 000126 folhas, inclusive esta, numeradas sequencialmente da folha 001 à folha 000126, estando todo o conjunto devidamente rubricado.


BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA
DANIEL FAOUR AUAD
SÓCIO GERENTE
RG N°. 32.909.056-2 SSP/SP
CPF N°. 309.874.178-35

18.680.121/0001-97
**BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E
ELETRÔNICA LTDA.**
R. Coronel Guilherme Rocha, 160 -
Jardim Andaraí - CEP 02167-030
SÃO PAULO - SP

000126



Tel:
+55 11 2631.6875

brasiluz@brasiluzempresa.com.br

NOVO ENDEREÇO
R: Coronel Guilherme Rocha, 160 - Conj. A
Jardim Andaraí - CEP: 02167-030
SÃO PAULO - SP
Rua Dr. Cesar, 530 - Conj. 1707
Santana - São Paulo - SP - 02013-002